

Ética

Navegar é preciso

“ Navegar é preciso, viver não é preciso. ”

Pompeu, general romano, século I a.C.

Palavras de pórtico

“ Navegadores antigos tinham uma frase gloriosa: ‘Navegar é preciso; viver não é preciso’.

Quero para mim o espírito [d]esta frase, transformada a forma para a casar como eu sou: Viver não é necessário; o que é necessário é criar.

Não conto gozar a minha vida; nem em gozá-la penso. Só quero torná-la grande, ainda que para isso tenha de ser o meu corpo (e a minha alma) a lenha desse fogo.

Só quero torná-la de toda a humanidade; ainda que para isso tenha de a perder como minha.

Cada vez mais assim penso. [...] ”

PESSOA, Fernando. *Obra poética*. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1999. p. 15.

Observe essas duas citações: a frase de Pompeu e o texto de Fernando Pessoa – na verdade, um fragmento solto em seus guardados. Embora pareça que o general e o poeta digam o mesmo, um exame mais atento revela uma diferença fundamental.

Partida de Lisboa para o Brasil, gravura de Theodore de Bry, 1592.

▶ Capítulo 17

Entre o bem e o mal, 212

▶ Capítulo 18

Ninguém nasce moral, 222

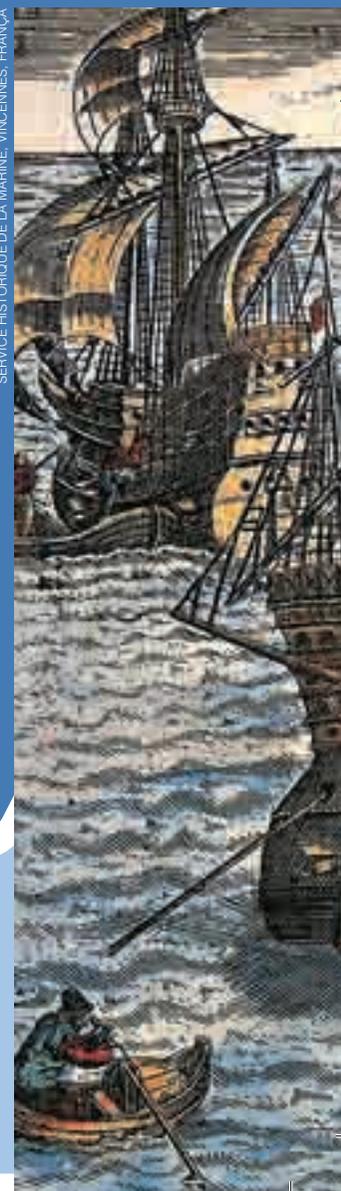
▶ Capítulo 19

Podemos ser livres?, 234

▶ Capítulo 20

Teorias éticas, 247

SERVICE HISTORIQUE DE LA MARINE, VINCENNES, FRANÇA



Para Pompeu, a frase é clara: diante dos marinheiros temerosos de enfrentar a tempestade e a guerra, o general é incisivo: é preciso navegar e até enfrentar a morte. O termo usado é o verbo "precisar": os marinheiros precisam navegar, mesmo com o risco de morrerem.

Para Fernando Pessoa, não se trata de viver apenas, mas de viver a vida humana em sua grandeza, em sua dimensão de criação. Nesse caso o termo "preciso" não é um verbo, mas um adjetivo: a vida não é algo "exato".

Ou seja:

- a navegação é *precisa* porque depende de instrumentos, de mapas, que levam os navegantes ao porto seguro;
- a vida não é *precisa* porque não há roteiros, receitas nem modelos para bem viver com grandeza; cada um de nós está diante da liberdade de escolher caminhos, para o bem e para o mal; a vida navega nas águas da liberdade.

Essa introdução é a primeira pista para refletirmos sobre o significado dos valores na vida humana, de que trataremos nesta Unidade.

Responda às questões:

1. Por que diante de valores éticos, estéticos, políticos (entre outros) não existem receitas nem modelos?
2. Para Fernando Pessoa, "é necessário criar": em que sentido isso vale também para você, em sua vida cotidiana? Especificamente, como você pode ser criativo em sua vida moral?

Após o estudo dos capítulos desta Unidade, volte a essas questões para verificar se alterou sua maneira de pensar.



Entre o bem e o mal



Detalhe do quadro *Combate do Carnaval e da Quaresma*. Pieter Bruegel, o Velho, 1559.

Pieter Bruegel (c. 1525-1569), pintor flamengo, é conhecido pela perspicácia com que descreve os costumes populares, retratando o período do final da Idade Média e da Renascença. A tela *Combate do Carnaval e da Quaresma* é repleta de cenas que representam situações as mais variadas, dentre as quais selecionamos esse significativo detalhe: no lado esquerdo, o símbolo do Carnaval, e no direito, o da Quaresma.

- O Carnaval é um homem gordo, sentado sobre um tonel de vinho, como se fosse um cavalo; os estribos são panelas, o chapéu é um pastelão; nas mãos, um espeto com uma cabeça de porco. A propósito, *carnaval* significa "a despedida da carne", tanto no sentido literal como referente ao sexo. O carnaval é, portanto, o excesso, a gula, a abundância, a estimulação dos sentidos, o prazer, a vida.
- A Quaresma — período após o carnaval até o domingo de Páscoa — é uma mulher magra, pálida, vestida de cinza e que tem uma colmeia como chapéu. A colmeia representa a comunidade ordeira das abelhas; ao mel atribuíam-se o poder de "limpar os pecados"; na ponta da vara que segura em riste, como se fosse lutar, dois arenques secos; enquanto é puxada por dois religiosos — uma freira e um padre —, crianças ao seu redor tocam matraca, instrumento de madeira que produz um som seco, apropriado para tempos de tristeza e recolhimento. A caracterização da figura lembra o comedimento, o controle dos desejos, a melancolia, a penitência, o jejum, a abstinência, a morte.

Essa alegoria nos faz refletir sobre os dilemas que cercam nossa conduta moral. Como devemos agir? E perguntamos: não seria possível pensar na moral como algo diferente do "combate" entre o excesso e a falta, o gozo desmedido e a extrema contenção dos sentidos?

MUSEU REAL DE BELAS ARTES, BRUXELAS, BÉLGICA

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

1 Uma história real

Em 1964, nos Estados Unidos, às 3h20 da madrugada, uma mulher de 28 anos voltava para casa após o trabalho. Ela era gerente de um bar da região. Diante do seu domicílio, na calçada, foi apunhalada por um homem. Vários moradores das casas vizinhas observaram a cena. Da sacada de um apartamento em frente, um homem gritou: “Deixe a moça em paz!”. O agressor afastou-se por alguns instantes mas voltou em seguida, apunhalando-a de novo, enquanto ela gritava por socorro. Outras luzes se acenderam, ele pegou seu carro e partiu. Catherine Genovese arrastou-se até sua porta e tentava abri-la, quando o agressor voltou e lhe deu o golpe fatal.

Às 3h50, a polícia recebeu um chamado de vizinhos e em dois minutos chegou ao local. Dentre as 38 pessoas que assistiram ao assassinato, apenas um homem, uma senhora de 70 anos e uma jovem vieram falar com os policiais. O homem explicou que ao presenciar a agressão, não sabia o que fazer e ligou para um de seus amigos advogados. Depois foi ao apartamento da mulher de 70 anos para lhe pedir que telefonasse para a polícia. Resmungou que ele mesmo não queria se envolver nesse caso.¹

Quando a polícia ouviu os moradores após a tragédia, muitos confessaram não saber por que não tomaram providência alguma; um deles afirmou que tinha sono e por isso preferiu voltar para a cama; uma dona de casa achou que era briga de namorados e que, portanto, não era problema dela; outros tiveram medo de intervir; e alguns não sabiam bem por que não tomaram providência alguma.

Voltaremos a esse caso mais adiante. Por enquanto, comecemos por um conceito mais amplo, o de *valor*.

2 Os valores

Diante de pessoas, coisas e situações, estamos constantemente fazendo avaliações: “Esta caneta é ruim, pois falha muito”; “Esta moça é atraente”; “Acho que João agiu mal não ajudando você”; “Prefiro comprar este, que é mais barato”.

Essas afirmações referem-se a:

- **juízos de realidade**, quando partimos do fato de que a caneta e a moça existem;

- **juízos de valor**, quando lhes atribuímos uma qualidade que mobiliza nossa atração ou repulsa.

Observe que, nos exemplos, destacamos valores de utilidade, beleza, morais (bem e mal), econômicos. Desse modo, os valores podem ser lógicos, utilitários, estéticos, afetivos, econômicos, religiosos, éticos.

Mas o que são *valores*? Embora a temática dos valores seja tão antiga como a humanidade, só no século XIX surgiu a *teoria dos valores* ou **axiologia**. A *axiologia* não se ocupa do *ser* (como a metafísica), mas das *relações* entre os seres e o sujeito que os aprecia.

E ETIMOLOGIA

Axiologia. Do grego *axios*, “valor”.

Os seres — sejam eles coisas inertes, seres vivos ou ideias — mobilizam nossa *afetividade* por atração ou por repulsa. Portanto, algo possui valor quando não nos deixa indiferentes. É nesse sentido que García Morente diz:

Os valores não são, mas *valem*. Uma coisa é valor e outra coisa é ser. Quando dizemos de algo que vale, não dizemos nada do seu ser, mas dizemos que não é indiferente. A não indiferença constitui esta variedade **ontológica** que contrapõe o valor ao ser. A não indiferença é a essência do valer.²

Os valores são, num primeiro momento, herdados. Ao nascermos, o mundo cultural é um sistema de significados já estabelecido, de tal modo que aprendemos desde cedo como nos comportar à mesa, na rua, diante de estranhos, como, quando e quanto falar em determinadas circunstâncias; como andar, correr, brincar; como cobrir o corpo e quando desnudá-lo; como apreciar a beleza ou a feiura; quais são nossos direitos e

Ontológico. Relativo à ontologia, parte da metafísica que estuda o ser como uma noção universal. Do grego *ón, óntos*, participio do verbo “ser”, “existir”.

¹ BLACKBURN, Pierre. *L'Étique: fondements et problématiques contemporaines*. Québec: Éditions du Renouveau Pédagogique Inc., 1996. p. 88-89. (Tradução nossa).

² MORENTE, Manuel García. *Fundamentos de filosofia: lições preliminares*. 2. ed. São Paulo: Mestre Jou, 1966. p. 296.

deveres. Conforme atendemos ou transgredimos os padrões, os comportamentos são avaliados como *bons* ou *maus*, seja do ponto de vista ético, estético, religioso etc.

PARA REFLETIR

Faça uma lista de comportamentos que você considera bons e outros que são maus; de coisas belas ou feias. Compare com a lista de um colega.



JOEL MALA/ABRIL IMAGENS

A atriz Leila Diniz escandalizou a sociedade conservadora em 1971 ao banhar-se no mar de Ipanema (no antigo estado da Guanabara, atual município do Rio de Janeiro) de biquíni, expondo sua gravidez de oito meses numa época em que as mulheres usavam batas para esconder as formas durante a gestação.

Segundo a valoração, as pessoas podem: achar bonito ou feio o desenho que acabamos de fazer; criticar-nos por não termos cedido lugar a uma pessoa mais velha; considerar bom o preço que pagamos por uma mercadoria; elogiar-nos por manter a palavra dada. Nós próprios nos alegamos ou nos arrependemos de nossas ações. Isso quer dizer que o resultado de nossos atos está sujeito à sanção em intensidades variadas: a crítica de um amigo, “aquele” olhar da mãe, a indignação ou até a coerção física, quando alguém é preso por um crime.

Embora haja diversos tipos de valores, vamos considerar neste capítulo apenas os valores *éticos* ou *morais*.

3 Moral e ética

Os conceitos de moral e ética, ainda que diferentes, são com frequência usados como sinônimos. No entanto, podemos estabelecer algumas diferenças entre eles, embora essas definições variem conforme o filósofo.

ETIMOLOGIA

Moral. Do latim *mos, moris*, “costume”, “maneira de se comportar regulada pelo uso”; e *moralis, morale*, adjetivo referente ao que é “relativo aos costumes”.

Ética. Do grego *ethos*, “costume”.

- **Moral** é o conjunto de regras que determinam o comportamento dos indivíduos em um grupo social. De modo simplificado, o sujeito moral é aquele que age bem ou mal na medida em que acata ou transgride as regras morais admitidas em determinada época ou por um grupo de pessoas. Diz respeito à ação moral concreta, quando nos perguntamos: O que devo fazer? Como devo agir nessa situação? O que é certo? O que é condenável?, e assim por diante.
- **Ética** é a reflexão sobre as noções e princípios que fundamentam a vida moral. Essa reflexão orienta-se nas mais diversas direções, dependendo da concepção de ser humano tomada como ponto de partida. Por exemplo, à pergunta “O que é o bem e o mal?”, respondemos diferentemente, caso o fundamento da moral esteja na ordem cósmica, na vontade de Deus ou em nenhuma ordem exterior à própria consciência humana.

Do ponto de vista da ética, podemos ainda perguntar: Há uma hierarquia de valores a obedecer? Se houver, o bem supremo é a felicidade? O prazer? A utilidade? O dever? A justiça? Igualmente, é possível questionar: Os valores são essências? Têm conteúdo determinado, universal, válido em todos os tempos e lugares? Ou, ao contrário, são relativos: “verdade aquém, erro além dos Pireneus”, como criticava Pascal? Haveria possibilidade de superação das posições contraditórias do universalismo e do relativismo?

PARA SABER MAIS

As respostas a essas e a outras questões nos darão as diversas concepções éticas elaboradas pelos filósofos, como veremos no capítulo 20, “Teorias éticas”.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

4 Caráter histórico e social da moral

A fim de garantir a sobrevivência, o ser humano age sobre a natureza transformando-a em cultura. Para que a ação coletiva seja possível, são estabelecidas regras que organizam as relações entre os indivíduos, por isso é impossível um povo sem qualquer conjunto de normas de conduta. Segundo o antropólogo francês Lévi-Strauss, a passagem do reino animal ao reino humano, ou seja, a passagem da natureza à cultura, é produzida pela instauração da lei, por meio da proibição do *incesto*. Assim se estabelecem as relações de parentesco e de aliança sobre as quais é construído o mundo humano, que é simbólico.

++ PARA SABER MAIS

Incesto é a relação sexual entre parentes consanguíneos e afins, de acordo com o grau estipulado pelo grupo ou pela lei. Sobre isso, consulte o capítulo 4, “Natureza e cultura”.

Exterior e anterior ao indivíduo, há portanto a *moral constituída*, pela qual o comportamento é orientado por meio de normas. Em função da adequação ou não à norma estabelecida, o ato será considerado moral ou imoral. O comportamento moral também varia de acordo com o tempo e o lugar, conforme as exigências das condições nas quais as pessoas organizam-se ao estabelecerem as formas de relacionamento e as práticas de trabalho. À medida que essas relações se alteram, ocorrem lentas modificações nas normas de comportamento coletivo.

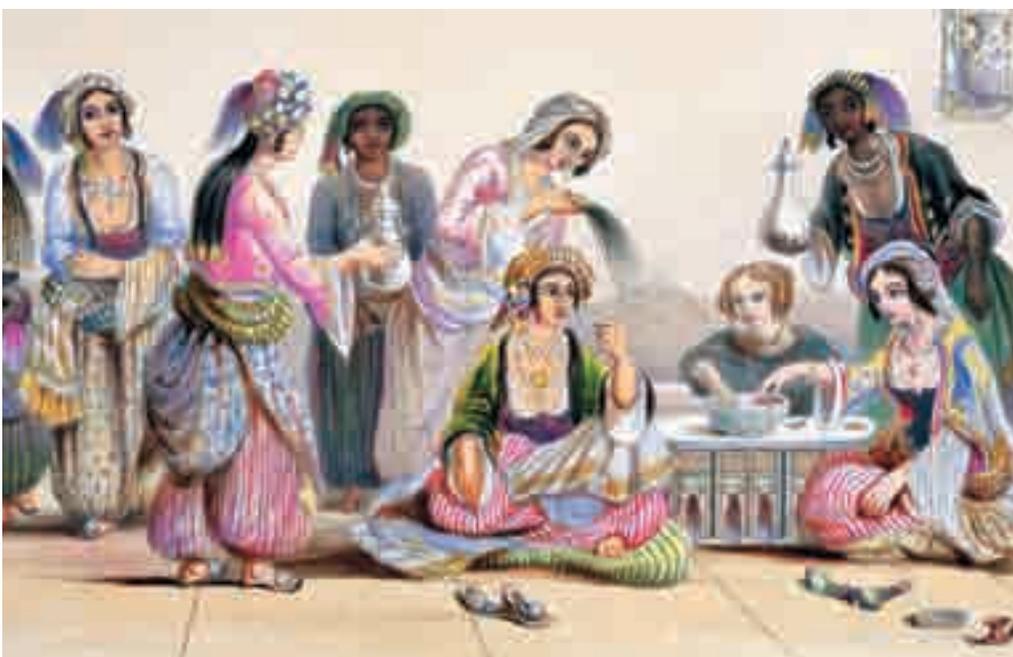
5 A liberdade do sujeito moral

A moral, ao mesmo tempo que é o conjunto de regras de como deve ser o comportamento dos indivíduos de um grupo, é também *a livre e consciente aceitação das normas*. Isso significa que o ato só é propriamente moral se passar pelo crivo da aceitação pessoal da norma. A exterioridade da moral pressupõe portanto a necessidade da interioridade, da adesão mais íntima.

Mesmo admitindo o caráter histórico e social, a moral não se reduz à herança dos valores recebidos pela tradição, porque já a partir da adolescência o indivíduo desenvolve o pensamento abstrato e a reflexão crítica e tende a se questionar sobre os valores herdados.

A ampliação do grau de consciência e de liberdade, e portanto de responsabilidade pessoal no comportamento moral, introduz um elemento contraditório entre a norma vigente e a escolha pessoal. Se aceitarmos unicamente o caráter social da moral, o ato moral reduz-se ao cumprimento da norma estabelecida, dos valores dados e não discutidos. Nessa perspectiva, a educação moral visaria apenas a inculcar nas pessoas o medo das sanções pela não observância das normas.

Sanção. Consequência de um comportamento que pode ser objeto de elogio ou reprimenda, recompensa ou punição. Aplica-se no campo da moral e do direito: *sanção moral* e *sanção jurídica*.



Interior de harém. Cairo (Egito), século XIX. Alguns povos aceitam a poligamia, enquanto outros são monogâmicos; para uns o casamento é indissolúvel, e outros permitem o divórcio: essas normas dependem das religiões, dos costumes e de determinações legais.

Por outro lado, se aceitarmos como predominante a interrogação do indivíduo que põe em dúvida a regra, corremos o risco de destruir a moral: quando ela está focada exclusivamente nos interesses pessoais, recai no *individualismo*, na “tirania da intimidade” e, conseqüentemente, no amoralismo, na ausência de princípios. Ora, o ser humano não é um Robinson Crusóe na ilha deserta, mas “convive” com pessoas, e qualquer ato seu compromete os que o cercam.

O aspecto social é considerado de dois pontos de vista. Em primeiro lugar, significa apenas a herança dos valores do grupo, mas, depois de passar pelo crivo pessoal, a dimensão social readquire a perspectiva humana e madura que destaca a ênfase na *intersubjetividade* essencial da moral. Em outras palavras, quando criamos valores, não o fazemos para nós mesmos, mas como seres sociais que se relacionam com os outros.

Essa flexibilidade não deve ser interpretada como defesa do relativismo em que todas as formas de conduta são aceitas indistintamente. O professor José Arthur Gianotti assim se expressa:

Os direitos do homem, tais como em geral têm sido enunciados a partir do século XVIII, estipulam condições mínimas do exercício da moralidade. Por certo, cada um não deixará de aferrar-se à sua moral; deve, entretanto, aprender a conviver com outras, reconhecer a unilateralidade de seu ponto de vista. E com isto está obedecendo à sua própria moral de uma maneira especialíssima, tomando os imperativos categóricos dela como um momento particular do exercício humano de julgar moralmente. Desse modo, a moral do bandido e a do ladrão tornam-se repreensíveis do ponto de vista da moralidade pública, pois violam o princípio da tolerância e atingem direitos humanos fundamentais.³

6 Dever e liberdade

O ato moral provoca efeitos não só na pessoa que age, mas naqueles que a cercam e na própria sociedade como um todo. Portanto, para ser moral, um ato deve ser livre, consciente, intencional, mas também *solidário*. O ato moral supõe a solidariedade e a reciprocidade com aqueles com os quais nos comprometemos. Esse compromisso não é superficial e exterior, mas revela-se como uma “promessa” pela qual nos vinculamos à comunidade.

Dessas características decorre a exigência da *responsabilidade*. Responsável é a pessoa consciente e livre que assume a autoria do seu ato, reconhecendo-o como seu e respondendo pelas conseqüências dele.

E ETIMOLOGIA

Compromisso. Do latim *promittere*, prometer.

Responsável. Do latim *responsus*, do verbo *respondere*, aquele que “responde por seus atos”.

A responsabilidade cria um *dever*: o comportamento moral, por ser consciente, livre e responsável, é também obrigatório. Mas a natureza da obrigatoriedade moral não está na exterioridade; é moral justamente porque o próprio sujeito impõe-se o cumprimento da norma. Pode parecer paradoxal, mas a obediência à lei livremente escolhida não é coerção: ao contrário, é liberdade. Como juiz interno, a consciência moral avalia a situação, consulta as normas estabelecidas, interioriza-as como suas ou não, toma decisões e julga seus próprios atos. O compromisso humano é a obediência à decisão livremente assumida.

No entanto, o compromisso não exclui a desobediência, o que determina justamente o caráter moral ou imoral do nosso ato: por sermos realmente livres, temos a possibilidade de transgredir a norma, mesmo aquela que nós mesmos escolhemos respeitar.

► Desejo e vontade

O que caracteriza fundamentalmente o agir humano é a capacidade de antecipação ideal do resultado a ser alcançado. Por isso o ato moral é um ato *voluntário*, ou seja, um ato de vontade que decide realizar o fim proposto.

É importante não confundir *desejo* e *vontade*. O desejo não resulta de escolha, porque surge em nós com toda a sua força e exigência de realização. Já a vontade consiste no poder de reflexão que antecede a realização ou não do desejo. Seguir o impulso do desejo sempre que ele se manifesta é a negação da moral e da possibilidade de qualquer vida em sociedade. Aliás, a educação da criança supõe aprender a avaliar a adequação ou não de realizar o desejo, a fim de priorizar alguns, adiar outros e rechaçar os que lhe parecem inadequados.

³ GIANOTTI, José Arthur. “Moralidade pública e moralidade privada”. Em: NOVAES, Adauto (Org.). *Ética*. São Paulo: Companhia das Letras/Secretaria Municipal de Cultura, 1992. p. 245.



Tira de *Minduin*, de Charles Schulz, publicada em *O Estado de S. Paulo*, em 2 nov. 2008. O personagem Lino reflete, nesta tira, que só pode transgredir as normas quem as conhece. Ou seja, a vida moral começa quando nos tornamos capazes de distinguir o bem do mal.

7 A bússola e a balança⁴

Voltemos ao assassinato relatado no início do capítulo. O que chocou nessa história foi a insensibilidade moral das testemunhas do crime, que poderiam ter salvado a moça com um simples telefonema, já que a polícia chegou dois minutos após o chamado, quando nada mais poderia ser feito. Essas pessoas não pararam para refletir sobre se o que faziam era certo ou errado — nesse caso, sobre o que *não fizeram*, pois configurou-se a *omissão de socorro*.

Teria faltado apenas a racionalidade, a capacidade de reflexão? Não só. Quando pesamos os prós e os contras de cada ação, o fazemos não apenas com a razão, mas também com a sensibilidade, com nossos sentimentos e emoções. Ao nos tornarmos mais maduros, partilhamos as alegrias e as aflições das pessoas que nos cercam, não só as de nossa convivência próxima, mas de qualquer ser humano.

PARA REFLETIR

A sensibilidade amadurecida não restringe o olhar em direção às pessoas do seu entorno, mas estende-o às gerações passadas, cuja herança cultural enriquece nosso presente. Também somos sensíveis às gerações futuras ao cuidarmos da preservação do ambiente, o que inclui flora, fauna e riquezas naturais. Em que sentido conscientização significa não só conhecimento, mas desenvolvimento da sensibilidade?

► A bússola

O que faltou àquelas pessoas foi uma bússola interna. Para não nos perdermos, a bússola real indica o norte, enquanto a metáfora da bússola imaginária

nos “nor-teia” na direção do que é melhor para ser feito no plano moral. Só isso basta? Nem sempre.

Suponha que alguém possui uma bússola interna e está consciente do que deve ou não deve ser feito, mas se pergunte: “Por que devo agir moralmente se isso pode ferir meus interesses pessoais?”. Para essa resposta, precisamos de outra imagem, a da balança.

► A balança

Imagine um gerente de pessoal de uma empresa examinando os testes e as entrevistas dos candidatos a um emprego, que fica em dúvida entre dois pretendentes: um deles saiu-se muito bem e tem longa experiência na função; o outro não é de todo ruim, até pode vir a melhorar, mas é inferior ao primeiro. A dúvida do gerente deve-se ao fato de que o segundo é cunhado de um grande amigo seu, por quem fora recomendado.

E agora? Ele sabe que o justo seria admitir o mais competente, tanto pelo merecimento como pelo interesse da empresa, que seria mais bem servida pelo funcionário mais bem habilitado. No final, porém, escolheu o cunhado do amigo. Em um prato da balança está o ponto de vista da moral: o que é justo ser feito. No outro, o que pesou mais: suas relações de amizade. Esse exemplo pode estender-se para outros semelhantes, quando um homem deixa de contratar alguém por ser mulher, negro ou homossexual, entre outros tipos de discriminação.

Foi o que aconteceu no caso do assassinato. Diante da compaixão pela vítima, prevaleceram outras atitudes: “isso não me diz respeito”; “Não quero me envolver com a polícia”; “Estou com sono”...

⁴ Seguimos aqui, de maneira livre, a obra de BLACKBURN, Pierre. *L'éthique: fondements e problématiques contemporaines*. Québec: Éditions du Renouveau Pédagogique Inc., 1996.

Alguém poderá dizer que o ponto de vista legal teria prioridade sobre o moral. Depende. Ninguém deve transgredir as leis vigentes, mas e quando elas são injustas? Nesse caso, valem os movimentos de conscientização para que sejam mudadas. Foi esse o esforço dos abolicionistas, dos revolucionários, dos que ousam pensar que é possível um mundo melhor.

Os exemplos clássicos são o de Mahatma Gandhi (1869-1948) e o de Martin Luther King (1929-1968). Gandhi liderou a resistência indiana contra a dominação britânica. Suas estratégias eram de não colaboração, greve pacífica, jejum, boicote, desobediência civil. Luther King foi líder da luta pela igualdade de direitos para os negros na sociedade norte-americana e os conclamava a participar sem medo de atos de *desobediência civil*, mesmo sabendo que poderiam ser presos, como muitas vezes aconteceu.



PARA SABER MAIS

Desobediência civil foi um conceito usado pelo norte-americano Henry Thoreau e título de um de seus livros. Inicialmente, referia-se à desobediência individual às leis injustas. O conceito foi ampliado para a dimensão coletiva necessária. Tanto Luther King como Gandhi eram advogados e reconheciam a importância do respeito ao estado de direito, mas conclamavam as pessoas a desobedecer em conjunto às leis injustas e arcar com as consequências.



PARA SABER MAIS

Voltaremos a Gandhi e Luther King no próximo capítulo, para identificar neles os mais altos graus de desenvolvimento moral.

Esses gestos de rebeldia pacífica visavam a despertar a consciência social das pessoas para a injustiça sofrida pelos negros, em um caso, e pelos colonizados, de outro, e realmente surtiram efeito.

8 Ética aplicada

A partir da segunda metade do século XX, intelectuais das mais diversas áreas têm refletido sobre o desenvolvimento das tecnologias que têm sido danosas ao ambiente. Há tempos os ecologistas nos advertem sobre os riscos decorrentes do desrespeito ao equilíbrio da natureza.

Ao longo desse debate, desde a década de 1970, surgiram teóricos da chamada *ética aplicada*, um ramo recente da reflexão filosófica da qual podemos destacar temas como *bioética*, *ética ambiental* (ou *ecoética*) e *ética dos negócios*.

O que há de comum nesses três ramos da ética aplicada é o diálogo multidisciplinar, que não se restringe aos filósofos, mas se amplia na interlocução com os diversos profissionais, conforme o campo da pesquisa, tais como medicina, biologia, direito, teologia, economia, sociologia, antropologia, política e psicologia. Além, evidentemente, de dar voz às pessoas comuns, leigas no assunto, mas que de fato sofrem o impacto dessas alterações que vêm ocorrendo no mundo em velocidade assustadora.

A ética aplicada é, portanto, um ramo contemporâneo da filosofia que nos coloca diante do desafio da deliberação sobre problemas práticos, que exigem conscientização dos riscos que nos ameaçam e a justificação racional das medidas a serem assumidas.



Em 1930, Gandhi liderou milhares de indianos por ocasião da Grande Marcha do Sal. Caminharam a pé vários dias até o mar, onde recolheram a água e a deixaram secar para obter o sal: o propósito era desobedecer às ordens inglesas do monopólio do sal.



Tira de Bob Thaves publicada em *O Estado de S. Paulo*, em 12 dez. 2008.

Aplique as explicações sobre a bússola e a balança para analisar a resposta do personagem Frank: o que pesa mais em suas decisões morais?

Como exemplo, citamos o filósofo Karl-Otto Apel (1922), que, ao considerar os efeitos da ciência aplicada em tecnologias que têm sido danosas ao ambiente, concluiu pela necessidade de desdobrar a reflexão ética em três níveis: a **microesfera**, a **mesoesfera** e a **macroesfera**.

E ETIMOLOGIA

Micro. do grego: *mikrós*, “pequeno”; *mésos*, “meio”, “centro”; *makrós*, “grande”.

A microesfera trata das ações da esfera íntima, como família, matrimônio, vizinhança; a mesoesfera refere-se ao âmbito da política nacional; a macroesfera aborda o destino da humanidade.

Estaria portanto no âmbito da macroesfera, ou da macroética, enfrentar problemas como o risco destruidor das ações bélicas e o progressivo desequilíbrio ambiental, que representam um desafio urgente.

9 Aprender a conviver

Voltemos à história real relatada no início do capítulo. A insensibilidade dos vizinhos da mulher assassinada pode ser um exemplo isolado do des caso com que muitas pessoas veem — ou se recusam a ver — o sofrimento alheio e da própria natureza, seja por desejo de lucro, seja por interesses mesquinhos.

O delicado tecido da moral diz respeito ao indivíduo no seu “foro íntimo”, ao mesmo tempo que o vincula às pessoas com as quais convive. Embora

ética e política não se confundam, elas relacionam-se, cada uma no seu campo específico. Por um lado, a política, ao estender a justiça social a todos, permite que os indivíduos tenham condições de melhor formação moral. Por outro, a vida moral é importante no exercício da cidadania, para que os interesses egoístas não se sobreponham aos coletivos.

Estabelecer a dinâmica entre o privado e o público é tarefa das mais difíceis e delicadas, que exige aprendizagem e criatividade. Assim aprendemos a conviver.

FRANS KRAJCBERG — COLEÇÃO PARTICULAR



Detalhe da escultura de Frans Krajcberg, década de 1990. Frans Krajcberg (1921) é pintor, escultor e fotógrafo, nascido na Polônia e naturalizado brasileiro. Tornou-se famoso pelas esculturas com troncos de árvores mortas, calcinadas pelo fogo.

Leitura complementar

Por que ética?

“Por que ética? E o que é a ética? Não poderemos nos contentar com uma representação qualquer ou indeterminada. Da mesma forma, pressupondo uma pré-compreensão completamente indeterminada, desde o início podemos nos perguntar: por que afinal devemos nos ocupar com a ética? Na filosofia, mas também nos *curricula* das escolas, a ética parece ser um fenômeno da moda. Entre os jovens intelectuais, antigamente havia interesse mais pelas assim chamadas teorias críticas da sociedade. Ao contrário disto, na ética supõe-se uma reflexão sobre valores reduzida ao individual e ao inter-humano. E teme-se que aqui contudo não seria possível encontrar nada de obrigatório, a não ser remontando-se a tradições cristãs ou de outras religiões. É o ético, ou então, ao contrário, as relações de poder, que são determinantes na vida social? E estas não determinam, por sua vez, as representações éticas de um tempo? E se isto é assim, ao se pretender lidar diretamente com a ética e não a partir de uma perspectiva de crítica da ideologia, não representaria isto um retorno a uma ingenuidade hoje insustentável?”

Por outro lado, não podemos desconsiderar que, tanto no âmbito das relações humanas quanto no político, constantemente julgamos de forma moral. No que diz respeito às relações humanas, basta observar que um grande espaço nas discussões entre amigos, na família ou no trabalho abrange aqueles sentimentos que pressupõem juízos morais: rancor e indignação, sentimentos de culpa e de vergonha. Também no domínio político julga-se moralmente de forma contínua, e valeria a pena considerar que aparência teria uma disputa política não conduzida pelo menos por categorias morais. O lugar de destaque que os conceitos de democracia e de direitos humanos assumiram nas discussões políticas atuais também é, mesmo que não exclusivamente, de caráter moral. A discussão sobre a justiça social, seja em âmbito nacional ou mundial, é também uma discussão moral. Quem rejeita a reivindicação de um certo conceito de justiça,

quase nem o pode fazer sem contrapor-lhe um outro conceito de justiça. Em verdade as relações de poder de fato são determinantes, mas é digno de nota que elas necessitem do revestimento moral.

Por fim, existe uma série de discussões políticas relativas aos direitos de grupos particulares ou marginalizados, as quais devem ser vistas como questões *puramente* morais: a questão acerca de uma lei de imigração limitada ou ilimitada, a questão do asilo, os direitos dos estrangeiros, a questão sobre se e em que medida nos deve ser permitida ou proibida a eutanásia e o aborto; os direitos dos deficientes; a questão de se também temos obrigações morais perante os animais, e quais. Acrescentam-se aqui as questões da ecologia e da nossa responsabilidade moral para com as gerações que nos sucederão. Uma nova dimensão moralmente desconcertante é a da tecnologia genética.

O complexo de questões acima mencionado diz respeito a estados de coisas que em parte são novos (por exemplo, a tecnologia genética), e em parte alcançaram, através do avanço tecnológico, um lugar de destaque até agora não existente (por exemplo, a responsabilidade para com as gerações futuras, e algumas questões da eutanásia). Outras questões já estavam desde antigamente presentes, mas encontram-se fortemente colocadas na consciência geral – e podemos nos perguntar por quê: por exemplo, problemas das minorias, aborto, animais. Não se encontra aqui pelo menos uma das razões pelas quais a ética novamente é tomada de forma importante? A maioria das éticas antigas – por exemplo, as kantianas – tinham em vista apenas aquelas normas que desempenhavam um papel na vida intersubjetiva de adultos contemporâneos e situados em uma proximidade espaço-temporal; e de repente sentimo-nos desorientados em confronto com os problemas do aborto, da pobreza do mundo, das próximas gerações ou da tecnologia genética.”

TUGENDHAT, Ernst. *Lições sobre ética*. Petrópolis: Vozes, 1996. p. 11-13.

Questões

- 1 O autor refere-se ao grande espaço reservado aos temas éticos nas discussões com nossos amigos. Você poderia fazer uma lista desses temas? Em seguida, escolha um deles e posicione-se.
- 2 O sentimento de indignação ou de vergonha indica que participamos de uma comunidade moral. Dê um exemplo e explique por quê.
- 3 Qual é a relação entre política e ética? A partir dessa relação, destaque a questão da justiça como um dos temas centrais da ética.

Curricula. Termo latino para currículos (no plural).

Atividades

Reverendo o capítulo

- 1 O que significa dizer que “a não indiferença é a essência do valer”?
- 2 Explique esta afirmação: O ser humano, diferentemente do animal, é capaz de produzir interdições.
- 3 Por que não é contraditório afirmar que a moral autêntica supõe a aceitação livre das normas, ao mesmo tempo que a moral tem um caráter histórico e social?
- 4 Como explicar que na moral convivem polos opostos como o dever (a obrigação) e a liberdade?

Aplicando os conceitos

- 5 Mesmo considerando a tolerância um valor máximo da convivência humana, qual é a dificuldade em aceitar a moral de grupos como Máfia, Klu-Klux-Klan ou neonazistas?
- 6 Durante a ditadura militar no Brasil, vários filmes foram censurados por serem considerados atentatórios à moral (como o *Último tango em Paris*, de Bernardo Bertolucci), ou à religião (como *Je vous salue Marie*, de Jean-Luc Godard). Discuta a questão da relação entre moral e estética.
- 7 Timothy McVeigh foi um terrorista que matou 168 pessoas em um atentado a bomba em Oklahoma City (1995). Foi executado seis anos depois com injeção letal. Pouco antes de morrer, recitou o poema *Invictus* (o que não foi vencido), do inglês William Ernest Henley, e que termina assim: “Eu sou o mestre do meu destino e o comandante da minha alma”. Comente essa declaração a partir do conceito de moral.
- 8 Explique por que não há moral do desejo, uma vez que só é moral o ato voluntário.
- 9 Imaginemos um museu onde se encontra exposta, por empréstimo, a famosa pintura *Mona Lisa*, e um incêndio se propaga rapidamente no local. O diretor do museu entra no recinto disposto a resgatar a tela e depara-se com um funcionário desacordado por causa da fumaça. Só há tempo para uma escolha: salvar o quadro ou o funcionário. Com a metáfora da bússola e da balança, explique o que ocorre caso o diretor prefira salvar o funcionário ou escolha resgatar o quadro. E se você fosse o diretor, o que teria feito?

MUSEU DO LOUVRE, PARIS, FRANÇA



A *Mona Lisa* (século XVI), de Leonardo da Vinci, é um quadro que, além do valor monetário, é um símbolo da cultura renascentista.

- 10 “Cada um desses homens [Abraham Lincoln, Mahatma Gandhi e Martin Luther King] sentia muito profundamente que o âmago da moralidade (e o âmago da sociedade) era o igual respeito pela dignidade humana. Cada um deles foi capaz de mostrar o respeito mútuo pressuposto pelo ponto de vista moral, reconhecendo a exigência moral de se engajar em diálogo com aqueles que discordavam profundamente deles. Foram essas características que os tornaram não apenas grandes visionários morais, mas também grandes educadores morais.” (Kohlberg, Boyd e Levine. “O retorno do estágio 6: seu princípio e o ponto de vista moral”. Em: Angela M. Brasil Biaggio. *Lawrence Kohlberg: ética e educação moral*. São Paulo: Moderna, 2002. p. 128.)

Considerando a citação, atenda às questões:

- a) O que é, do ponto de vista moral, *respeitar os outros*? Em que sentido o respeito não se confunde com submissão e temor?
- b) Como Lincoln, Gandhi e Luther King expressaram de fato o respeito pela dignidade humana, inclusive aos que deles discordavam?
- c) Em que sentido Kohlberg se refere a eles como educadores?

Dissertação

- 11 (UFMG) “Tudo compreender é tudo desculpar?” Redija um texto, posicionando-se em relação a essa indagação.

Ninguém nasce moral

Norman Rockwell,
Gossips (Bisbilhoteiros),
1948.



2009 NORMAN ROCKWELL MUSEUM

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

O ilustrador norte-americano Norman Rockwell (1894-1978) é um cronista dos costumes. Na capa que desenhou para uma revista semanal norte-americana, tematiza a bisbilhotice da vida alheia. A maledicência diverte as pessoas, menos aquele que foi objeto dela: seria esse, no entanto, um costume inofensivo e sem consequências?

1 Aprender a autonomia

Todas as pessoas precisam ser educadas para a convivência. O processo de aprendizagem supõe descentramento, um sair de si mesmo, tanto do ponto de vista da inteligência como da afetividade ou da moral. A descoberta do outro como um “outro eu” é fundamental para superar o egocentrismo. No entanto, o desenvolvimento desses três níveis mentais — inteligência, afetividade e moralidade — não é automático, porque exige a intermediação de agentes culturais — pais, professores, adultos em geral.

Do ponto de vista moral, a educação começa pela heteronomia, em que as regras morais são introjetadas sem crítica, até que possa alcançar a autonomia, típica da maturidade. Se na fase da heteronomia as crianças obedecem às regras que lhes são impostas, aos poucos é preciso abrir espaços de discussão a fim de estimular a adesão pessoal e autonomia às normas.

E ETIMOLOGIA

Heteronomia. Do grego *héteros*, “diferente”, “outro”, e *nómos*, “lei”, “norma”. No contexto, aceitação das regras dadas externamente.

Autonomia. Do grego *autós*, “si mesmo”, “eu mesmo”. No contexto, o que é capaz de decidir por si mesmo.

O grande impasse entre heteronomia e autonomia ocorre na adolescência, período de contradições em que, abandonando as características infantis, o indivíduo ainda não assumiu as obrigações e as responsabilidades da vida adulta. Veremos a seguir como os psicólogos Piaget e Kohlberg, teóricos da linha construtivista, explicam o desenvolvimento da moralidade.

2 A teoria de Piaget

O psicólogo suíço (e também filósofo) Jean Piaget (1896-1980) elaborou a teoria conhecida como *psicologia genética*, base para a aplicação de fecundas práticas pedagógicas. Segundo essa teoria, não há inteligência inata: a gênese da razão, da afetividade e da moral avança progressivamente em estágios sucessivos nos quais a criança organiza o pensamento e o julgamento. Por isso sua teoria e as que dela derivam são chamadas *construtivistas*, já que o saber é construído pela criança, e não imposto de fora.

PARA SABER MAIS

“Psicologia genética”, para Piaget, é o estudo do desenvolvimento individual, da gênese da lógica, das percepções, das normas, que não são inatas, mas resultam de uma construção progressiva.

O *desenvolvimento mental* é estudado de três pontos de vista: da lógica, da afetividade e da moral. Vale lembrar, no entanto, que as referências às idades baseiam-se em padrões de Genebra, cidade suíça onde Piaget fez suas observações e experiências. Portanto, dependendo do grupo social a que pertença a criança, variam as faixas etárias, e pode ser que as últimas etapas nem sejam atingidas pelo adulto.

Segundo Piaget, são quatro os estágios do desenvolvimento mental:

a) Estágio sensório-motor (de zero a dois anos)

A maneira pela qual o bebê conhece o mundo é sobretudo *sensorio-motora*, ou seja, nesse estágio predomina o desenvolvimento das percepções sensoriais e dos movimentos.

- Do ponto de vista da inteligência, não se pode ainda dizer que a criança pensa, mas a inteligência do bebê evolui à medida que aprende a coordenar as sensações e os movimentos.
- Quanto à afetividade, na relação do bebê com as pessoas prevalece a *indiferenciação*, ou seja, a separação entre ele e o mundo não é percebida muito nitidamente. É como se ele fizesse parte de uma totalidade da qual não se distingue como sujeito individual. Podemos ver como o bebê descobre gradativamente o seu corpo quando, por volta dos três meses, o encontramos, fascinado, olhando a própria mão. O psicanalista francês Jacques Lacan refere-se à “experiência do espelho”, pela qual, por volta dos 18 meses, a criança reconhece a dualidade, descobrindo-se como um ser separado da mãe e de todo o restante.



Tira de Cíça, publicada no jornal *Folha de S. Paulo*, em 7 jul. 1985. A autonomia de decisão supõe a capacidade de gerir por si mesmo o próprio destino.

- Do ponto de vista moral, a vida do bebê é pré-moral e, portanto, nele predomina a **anomia**.

E ETIMOLOGIA

Anomia. Do grego *a*, “não”, e *nomos*, “lei”: ausência de lei, de normas.

b) Estágio intuitivo ou simbólico (dos 2 aos 7 anos)

O segundo momento começa quando a lógica infantil realiza um salto, com a *descoberta do símbolo* e a aprendizagem da fala.

++ PARA SABER MAIS

A palavra infância vem do latim *infans*, *infantis*, e significa “aquele que não sabe falar”.

- Nesse estágio a inteligência é intuitiva porque não se separa da experiência vivida, isto é, a criança não transpõe abstratamente o que foi vivenciado pela percepção. Por exemplo: mesmo sabendo ir até a casa da avó, a criança ainda é incapaz de representar o caminho com um conjunto de pequenos objetos tridimensionais que simbolizam casas, ruas, igrejas etc. Isso acontece porque suas lembranças são motoras, e a representação implica a descentralização da experiência, ainda centrada no próprio corpo da criança quando ela caminha de fato à casa da avó.

Trata-se de uma forma de *inteligência egocêntrica*, entendida não como um defeito, mas decorrente da própria condição humana nesse estágio. Egocentrismo significa estar centrado em si mesmo: a criança é seu próprio ponto de referência; ela pensa, sente e age a partir de si mesma e não se coloca no lugar do outro.

- Afetivamente a criança é também egocêntrica, percebe o mundo girando em torno dela, exige atenção, não reparte brinquedos, quer a satisfação de todos os desejos; nas conversas, não interage propriamente, tem dificuldade de discutir e de ouvir o outro: por isso prevalecem nos encontros entre crianças verdadeiros “monólogos coletivos”.
- Do ponto de vista moral, de início não se pode dizer que exista introjeção das regras de convívio social, as quais a criança reluta em aceitar. É interessante observar como ela ainda não está pronta para os jogos com regras.

Após os três ou quatro anos, a criança começa propriamente a fase heteronômica, de aceitação da

norma, tornando-se mais sociável. Mesmo quando desobedece, sabe que transgredir as normas, e por isso tem receio de ser descoberta e sofrer punição. Embora a heteronomia seja típica do mundo infantil, ela persiste em muitos adultos, quando se submetem aos valores da tradição e obedecem passivamente aos costumes por conformismo ou por temor à reprovação da sociedade.

c) Estágio das operações concretas

(de 7 a 12 anos)

O terceiro estágio é mais longo e representa o grande salto da ação às operações mentais concretas. Elas são concretas porque se baseiam diretamente nos objetos e não em hipóteses, habilidade que será conquistada no estágio final.

- A lógica deixa de ser puramente intuitiva e passa a *operatória*. A criança *interioriza a ação* — o que não ocorria no exemplo da visita à casa da avó. Desse modo, aprende as operações matemáticas, percebe a relação lógica do sistema de parentesco, classifica, torna as intuições reversíveis.

A percepção é reversível quando a criança é capaz de operacionalizá-la. Por exemplo, se estamos frente a frente à criança e levantamos a mão direita, pedindo a ela que faça o mesmo, se ela já for capaz de reversibilidade, levantará a mão direita, o que significa inverter mentalmente a nossa posição.



Essa aula de tai chi chuan ilustra a capacidade de reversibilidade: o professor levanta o braço esquerdo e os alunos fazem o mesmo, o que significa inverter mentalmente o que veem. Note que três deles se confundiram. Bali, na Indonésia, em 2005.

A operacionalização no terceiro estágio, porém, ainda é *concreta*, por depender de certa maneira das percepções intuitivas e, dessa forma, da experiência vivida. Mesmo assim, o pensamento já se organiza de modo mais coerente e permite construções lógicas mais aprimoradas. A força do egocentrismo diminui, porque o discurso lógico tende a ser mais objetivo,

por estabelecer o confronto com a realidade e com os outros discursos, além de alicerçar-se em provas que se afastam das explicações mitológicas da fase anterior.

- Do ponto de vista afetivo, os progressos na sociabilidade são percebidos na formação de grupos: se no estágio anterior prevalecia a contiguidade — ou seja, as crianças apenas encontram-se lado a lado —, agora os laços expressam companheirismo ou antipatias. A nova organização é coesa sob a ação de líderes e em confronto com grupos antagônicos.
- Sob o aspecto moral afirma-se a heteronomia, com a introjeção das normas da família e da sociedade. Nos jogos essa tendência revela-se na aceitação das regras: por exemplo, nos jogos de botão, bola de gude, damas, as normas são seguidas rigorosamente.

d) Estágio das operações formais (a partir da adolescência)

Finalmente, o último estágio é o da adolescência, quando amadurecem as características da vida adulta.

- O pensamento lógico atinge o nível das *operações formais* ou *abstratas*. Além de interiorizar a ação vivida, como ocorria na fase anterior das operações concretas, o adolescente é capaz de distanciar-se da experiência: é o amadurecimento do *pensamento formal* ou *hipotético-dedutivo*. A reflexão torna possível o pensamento científico, matemático e filosófico.

Exemplificando: as discussões entabuladas pelos jovens a respeito da família podem surgir das experiências pessoais, mas orientam-se para a generalização e a abstração da família como uma instituição. A teorização leva à crítica da própria vivência e à elaboração de projetos de mudança — o plano de vida. Os debates desenvolvem-se por meio da argumentação apoiada em conceitos. O processo de desprendimento da própria subjetividade é sinal de que o egocentrismo intelectual está em vias de ser superado.

- Afetivamente, a superação do egocentrismo realiza-se pela aprendizagem da *cooperação* e da *reciprocidade*. Os grupos do terceiro estágio, que se organizavam em torno de uma liderança, são substituídos por outros baseados na discussão e no consenso.
- A capacidade de reflexão dá condições para o amadurecimento moral, pela organização autônoma das regras e pela livre deliberação. Enquanto no estágio anterior prevalece o

respeito unilateral, fundado em uma moral de coação, heteronômica, ao entrar na vida adulta torna-se possível o exercício do respeito mútuo, não hierárquico, típico das relações autônomas.



Crianças brincando de pebolim. Vietnã, 1995. No terceiro estágio, as crianças começam a introjetar as normas sociais; apreciam inclusive os jogos, cujas regras seguem com rigor.

A autonomia, porém, não nega a influência externa e outros determinantes da conduta, mas destaca no indivíduo a capacidade de refletir sobre as limitações que lhe são impostas, a partir das quais reorienta a ação para superar os condicionamentos. Portanto, quando decide por cumprir uma norma, o centro da decisão é ele mesmo, a sua própria consciência moral. Autonomia é autodeterminação.

Reflexão, discussão, reciprocidade, autonomia são termos que aqui se acham enlaçados. Refletir é desdobrar o pensamento, pensar duas vezes: ao refletirmos, trazemos o outro para dentro de nós, por isso, refletir é discutir interiormente. Essa atitude é possível porque de fato descobrimos o outro como um *alter ego* — um outro eu — exterior a nós, capaz de argumentação, que aprendemos a respeitar.

Do mesmo modo, a discussão é a exteriorização da reflexão. Se nos dispusermos a discutir conforme o pressuposto de que não mudaremos de ideia, não haverá discussão, mas “diálogo de surdos”. Portanto, a discussão supõe reciprocidade: disponibilidade para ouvir o outro, mas também preservação de nossa individualidade e autonomia.

3 A teoria de Kohlberg

Uma das diferenças do trabalho de Kohlberg em relação ao de seu mestre Piaget é que ele rejeita a teoria do paralelismo entre a psicogênese do pensamento lógico e a psicogênese da moralidade. Isto é, o desenvolvimento lógico não provoca automaticamente o amadurecimento moral. Se o pensamento lógico formal é condição necessária para a vida moral plena, não é, entretanto, suficiente. Suas observações e experimentações comprovam que a maturidade moral geralmente só pode ser alcançada pelo adulto, cerca de dez anos depois da adolescência e, mesmo assim, depende de condições que examinaremos adiante.

Essa conclusão decorreu de experiências para averiguar o comportamento moral de grupos os mais diversos, em escolas de diferentes segmentos sociais, em prisões, quartéis e *kibutz*. Kohlberg aplicou rico material em grupos de controle em diversos países e acompanhou essas pessoas por vários anos. Por exemplo, em Chicago (EUA), durante 15 anos, realizou entrevistas a cada 3 anos, em um grupo de 75 meninos e rapazes que, no início das experiências, tinham de 10 a 16 anos.

PARA SABER MAIS

Experiências semelhantes foram realizadas no Brasil, por Angela M. Brasil Biaggio. Em 1995, houve uma tentativa de aplicar uma adaptação do modelo de “comunidade justa” em uma escola de Porto Alegre (RS).

Para Kohlberg, o nível mais alto de moralidade exige estruturas lógicas novas e mais complexas do que aquelas do pensamento formal. Por isso reformula a teoria dos estágios morais e distingue três grandes níveis de moralidade: o pré-convencional, o convencional e o pós-convencional, cada um deles composto de dois estágios.

Os níveis da moralidade segundo Kohlberg

O eixo do processo é o convencional, isto é, o conjunto de normas aceitas e desejáveis de uma sociedade. No primeiro período, o pré-convencional, a criança adentra lentamente o mundo das normas morais. O último estágio, o pós-convencional, supõe maior maturidade moral, a ponto de eventualmente precisar transgredir certas normas, em nome de princípios fundamentais, como a justiça.

QUEM É?

Lawrence Kohlberg (1927-1987), psicólogo norte-americano, dedicou-se ao estudo da teoria piagetiana, centrando suas atenções na questão moral. Foi professor da Universidade de Harvard e realizou diversas experiências sobre desenvolvimento moral, além de coordenar os projetos de “comunidades justas”. Acompanhou pessoalmente suas experiências em várias partes do mundo, como Estados Unidos, Turquia, Israel e Taiwan. Ao fazer a explicitação dos fundamentos filosóficos de suas atividades, mereceu o diálogo com filósofos como Jürgen Habermas e Karl-Otto Apel. A originalidade de sua teoria está na análise do pensamento pós-convencional, pelo qual amplia o campo da maturidade moral, ao argumentar que não basta ao indivíduo introjetar as normas de sua cultura, mas deve ir além, se percebe que pode haver conflito entre a lei e a justiça. Suas principais obras: *O desenvolvimento dos modos de pensamento e opção moral entre dez e dezesseis anos* (tese de doutorado na Universidade de Chicago), *Do é para o dever ser, Ensaios sobre o desenvolvimento moral* (2 volumes), além de outros livros, inúmeros artigos e conferências.



Lawrence Kohlberg, 1977.

a) Nível pré-convencional

O nível pré-convencional caracteriza-se pela moralidade heterônoma.

No primeiro estágio desse nível, as regras morais são dadas pela autoridade e aceitas de modo incondicional; a criança obedece a fim de evitar castigo ou para merecer recompensa. Sob a perspectiva socio-moral, predomina o ponto de vista egocêntrico.

No segundo estágio desse mesmo nível, inicia-se o processo de descentração, com o reconhecimento de que, ao lado do interesse próprio, outras pessoas



Goya, *Crianças brincando*, 1791. As brincadeiras em grupo preparam as crianças para a entrada no terceiro estágio do nível convencional, quando se exercitam as relações interpessoais, importantes para superar o egocentrismo infantil.

Kibutz. Fazenda ou colônia coletiva em Israel. Nessas comunidades todos cooperam de forma voluntária.

também têm interesses que devem ser respeitados. Mas, como a moral ainda é individualista, busca-se estabelecer trocas e acordos.

b) Nível convencional

No nível convencional é superada a fase anterior, ao valorizar-se o reconhecimento do outro. Pertencem a esse nível o terceiro e o quarto estágios.

No terceiro estágio, predominam as expectativas interpessoais e a identificação com as pessoas do grupo a que se pertence, com expressões de confiança e lealdade aos parceiros. O grupo começa a ter prioridade sobre o indivíduo e as regras são seguidas para garantir o desempenho do papel de “bom menino” e de “boa menina”, pois há preocupação com as outras pessoas e seus sentimentos. Nesse estágio, prevalece a “regra de ouro” segundo a qual devemos ser bons porque gostaríamos que o outro agisse do mesmo modo se estivesse no nosso lugar.

No quarto estágio, as relações individuais organizam-se do ponto de vista do sistema, das instituições, da manutenção da ordem social e da sociedade concreta, com suas regras, papéis e leis que garantem seu funcionamento, tendo em vista o bem-estar da sociedade ou de grupos.

c) Nível pós-convencional

Este é o nível mais alto da moralidade e compreende o quinto e o sexto estágios. Chama-se *pós-convencional* porque nele a pessoa começa a perceber os conflitos entre as regras e o sistema.

No quinto estágio, a perspectiva do sistema, típica do nível convencional, acaba prevalecendo devido à forte incorporação do contrato social que apela à obediência às regras e às leis. No entanto, a pessoa reconhece haver enorme variedade de valores

ED FERREIRA/AGÊNCIA ESTADO



Seção realizada no Plenário da Câmara dos Deputados, em Brasília, em 2007. O bom funcionamento das instituições supõe que os adultos tenham alcançado o quarto estágio do nível convencional, tornando-se capazes de interessar-se pelo bem-estar da sociedade.

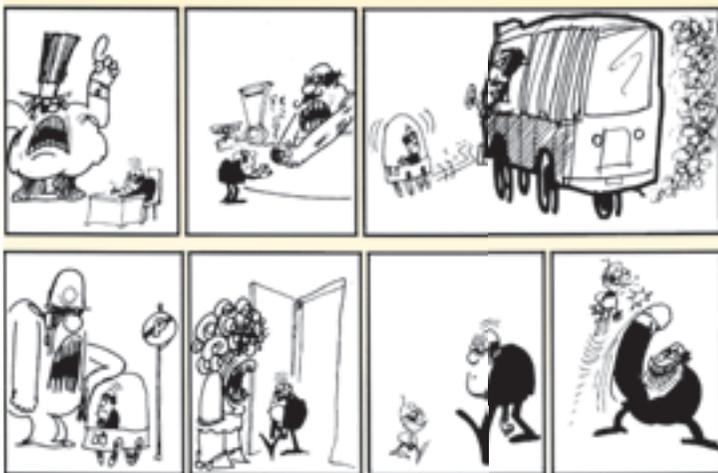
e opiniões e que, muitas vezes, existem conflitos inconciliáveis entre o legal e o moral, sobretudo em relação a valores e direitos como vida e liberdade, em contraposição às normas estabelecidas.

No sexto e último estágio, os comportamentos morais regulam-se finalmente por *princípios*. Os valores independem dos grupos ou das pessoas que os sustentam, porque são princípios racionais e universais de justiça: igualdade dos direitos humanos, respeito à dignidade das pessoas, reconhecimento de que elas são fins em si e precisam ser tratadas como tal. Não se trata de recusar leis ou contratos, mas de reconhecer que eles são válidos *porque* se apoiam em princípios.

Kohlberg lembra a ação corajosa de Luther King contra as leis segregacionistas dos Estados Unidos que impediam os negros de frequentarem escolas de brancos e os discriminavam em diversos setores da vida pública. Nesse sentido, os movimentos pacíficos de desobediência civil representam o esforço de mudança em direção a uma sociedade mais justa.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

IVAN COSENZA DE SOUZA



Tira de Henfil publicada no jornal *O Pasquim*, n. 145. Rio de Janeiro, em abr. 1972. p. 3.

Henfil é o pseudônimo de Henrique de Sousa Filho (1944-1988), cartunista e quadrinista, entre outras atividades por meio das quais contribuiu para a vida cultural brasileira. Seus personagens inesquecíveis revelam a veia satírica desse severo crítico da ditadura brasileira e da pobreza do Nordeste e ainda nos fazem rir das fraquezas e mesquinharias humanas. Nessa tira ele ilustra um comportamento que não é tão raro entre adultos. Observe que o pai “troca” com o filho a posição a que esteve submetido o dia todo. Considerando os níveis de moralidade segundo Kohlberg, classifique o comportamento desse pai. Dê exemplos similares extraídos de sua experiência.

► Um exemplo: o dilema de Heinz

Observemos esse exemplo, um dilema proposto por Kohlberg: Heinz estava com a esposa gravemente enferma e o remédio que a salvaria custava mil dólares; como não podia comprá-lo do farmacêutico que detinha a fórmula, após esgotadas as tentativas de consegui-lo de modo transparente, roubou-o. Kohlberg pergunta se o marido fizera bem ou não em ter roubado, e analisa as diversas respostas dadas, pelas quais identifica o nível moral do entrevistado, o que se percebe pelo tipo de argumento usado:

- “não devia roubar, senão poderia ser preso”, ou então “só deve roubar bem escondido para não ser preso”: nível pré-convencional, primeiro estágio (medo da punição);
- “deve roubar porque se no futuro precisar de alguma coisa, sua mulher o ajudará”: nível pré-convencional, segundo estágio (troca, acordo);
- uma criança de Taiwan — portanto com costumes muito diferentes das ocidentais — argumentou: “deve roubar porque se sua esposa morrer, ele vai ter de pagar o enterro e isso custa muito caro”, resposta que se encaixa também no segundo estágio;
- “deve roubar porque ela é a sua mulher, é da sua família”: nível convencional, terceiro estágio (pertencimento ao grupo);
- as respostas daqueles que estão no quinto estágio do nível pós-convencional são mais elaboradas e destacam o conflito entre a lei que protege a propriedade *versus* o direito inalienável que cada pessoa tem de conservar a própria vida.
- no sexto e último estágio, o sujeito moral defronta-se com os dilemas de toda sociedade injusta em que os valores econômicos prevalecem sobre os vitais, e decide pelo roubo; assim diz um juiz, um de seus entrevistados:

— Ela está muito doente, [...] é um ser humano e farei tudo o que puder ajudá-la; [...] sua vida pode ser salva e ela poderá recuperar sua dignidade de ser humano, sendo isso o que justifica que faça o que puder para tanto.

— Deveria Heinz roubar para salvar a vida de um estranho?

— Se for um estranho, darei a mesma resposta porque tenho a convicção de que as pessoas devem, quando

podem, salvar as vidas dos outros, devido à dignidade dos seres humanos [...] sem vida não há dignidade ou respeito para salvar.¹

Em seguida, Kohlberg explicita ainda mais a questão, perguntando a Joan, outra entrevistada:

— É importante fazer tudo o que for possível para salvar a vida *de outrem*?

— Acho que isso depende. Se eu estiver descendo uma rua, sim, farei tudo o que puder para salvar a vida de uma outra pessoa [prestes a ser atropelada por um carro]. Porém, em outras situações isso irá depender. Se você for um doente terminal e decidiu [...] não fazer mais quimioterapia, ou coisa parecida, não acho que eu tenha o direito de interferir em sua posição, dizendo que você deve fazer a quimioterapia, que vai estender sua vida por mais uma semana ou mês. [...] Eu não digo que preservar a vida é uma coisa essencial ou mais importante. Penso que preservar a dignidade e a integridade da pessoa seja o mais importante.²

Essas conclusões não devem ser vistas como respostas “ideais”, “corretas” etc. São apenas exemplos de argumentações possíveis diante de um conflito. O importante é a disponibilidade para decisões que não estejam engessadas pelo convencional, quando se trata de situações cruciais. Além disso, o diálogo é fundamental, porque a vida moral não diz respeito ao indivíduo solitário, mas pressupõe a intersubjetividade.

► Kohlberg e a educação moral

Com suas pesquisas empíricas, Kohlberg constatou que um percentual baixíssimo de cidadãos atinge o nível de moralidade pós-convencional, o que se deve a inúmeros motivos. Em primeiro lugar, partindo do pressuposto de que não nascemos morais, mas que o comportamento moral evolui por etapas, precisamos ter oportunidade de conviver de modo solidário, para que ocorra a superação do egocentrismo. Para tanto, supõe-se que pais e professores já estejam maduros moralmente para auxiliarem as crianças nesse processo. Mais ainda, que a *atmosfera moral* do ambiente em que elas vivem propicie condições de mobilidade de um estágio a outro.

¹ KOHLBERG, Lawrence et al. (Org.). *The moral domain*. Cambridge: M.I.T. Press, p. 151-181. Em: BIAGGIO, Angela Maria Brasil. *Lawrence Kohlberg: ética e educação moral*. São Paulo: Moderna, 2002. p. 104. (Coleção Logos).

² Idem, p. 108.

No entanto, Kohlberg admitiu serem muitas as dificuldades em encontrar professores que o auxiliassem nessa tarefa, por isso ocupava-se primeiramente com a formação deles, antes de aplicar seu projeto com crianças e adolescentes. De fato, se examinarmos o comportamento dos adultos à luz dos três níveis de moralidade, podemos encontrar a maioria deles no nível convencional e outros até no pré-convencional, tipicamente infantil.

Por exemplo, espera-se que alguém não transgrida um sinal de trânsito por respeito à própria vida e à vida alheia, mas há motoristas que agem como criança do primeiro estágio, quando obedecem ao sinal por temor à multa ou transgridem a lei na ausência de vigilância, seja de policial ou de radar eletrônico. E quantos outros agem a partir do critério do “toma lá, dá cá”? Se faço o bem a quem me faz o bem e o mal a quem me faz o mal, permaneço no estágio dois, de trocas e acordos. E o que dizer do corporativismo daqueles que protegem seus pares de maneira mais benevolente e permanecem indiferentes aos que não pertencem a seu grupo, à sua família, à sua religião, à sua pátria?

Nesses exemplos, se os próprios adultos nem sempre atingem os níveis mais altos da moralidade, como nos empenharmos na educação moral dos jovens?

4 Pressupostos filosóficos

As teorias de Piaget e Kohlberg sofreram a influência de vários filósofos, mas é em Kant que está

o fundamento do conceito de justiça que orienta as práticas educativas desses pensadores.

Em palestra proferida em Tóquio, Japão, em 1985, Kohlberg fez um levantamento de seus questionamentos sobre os princípios que fundamentam a moral. E diz:

A afirmação de Kant, do princípio básico do imperativo categórico “trate todo ser humano como um fim em si mesmo, não apenas como um meio”, parecia extremamente fundamental. Respeito igual pela dignidade humana parecia-me ser a essência da justiça.³

++ PARA SABER MAIS

Kant entende por imperativo categórico aquele que é incondicionado, absoluto, voltado para a realização da ação tendo em vista o dever. Diferentemente, o imperativo hipotético orienta a ação moral tendo em vista a felicidade, o interesse etc. Leia mais no capítulo 20, “Teorias éticas”.

No trabalho efetivo desenvolvido nas escolas, visando à educação moral, confirma a influência de John Dewey, representante do pragmatismo:

O trabalho nas escolas começou com duas suposições de John Dewey. A primeira era que não se pode desenvolver uma teoria de construção de pontes aplicando pesquisa pura. A segunda foi que construir



Charge de Glauco sobre a reforma ministerial de 2007 e o nepotismo.

A charge de Glauco (1957-2010) satiriza o costume – de longa data – de políticos contratarem parentes para ocupar cargos públicos, prática conhecida como nepotismo. Em agosto de 2008 o Supremo Tribunal de Justiça (STJ) proibiu a contratação de parentes até o terceiro grau nos poderes da União, do Estado e dos municípios, a não ser mediante concurso. Mas será que apenas entre políticos persevera o hábito de “primeiro os meus, depois os seus”? Segundo o historiador Sérgio Buarque de Holanda, o brasileiro é *cordial*: não se entenda por esse termo o uso comum de “amistoso”, mas sim aquele que age com o coração (*cor*, em latim), o que pressupõe agir pelos sentimentos, obviamente de amor ou de ódio, de valorização de preferências e de discriminações, sem levar em conta o preceito de justiça universal. Que comportamento similar você já observou no seu cotidiano?

³ “Minha busca pessoal pela moralidade universal”. Em: BIAGGIO, Angela M. Brasil. *Kohlberg: ética e educação moral*. São Paulo: Moderna, p. 93. (Coleção Logos).

uma teoria da educação é uma via de mão dupla, envolvendo a colaboração entre professores, alunos e o teórico da educação. O ponto central de nossos esforços é a fé na democracia enquanto veículo para a criação de uma comunidade justa e solícita. [...] Se os alunos fossem levar a sério pensar ou discutir sobre dilemas morais, essa discussão tinha que ter influência sobre as decisões que ocorriam na prática no ambiente institucional.⁴

Por se tratar de uma teoria que tem por base a autonomia da razão — sua herança kantiana —, a proposta de Kohlberg é conhecida por sua natureza cognitivista, por privilegiar a argumentação racional para justificar uma ação e condenar outra.

As tendências cognitivas de educação em valores sofreram críticas por parte daqueles que as consideram excessivamente racionalistas, além de buscarem uma duvidosa universalização dos princípios morais. É bem verdade que no terreno da ética contemporânea muitas são as discordâncias, como veremos no último capítulo desta unidade.

5 Outras tendências

Vejamos agora algumas orientações que diferem daquelas que escolhemos privilegiar neste capítulo.⁵

a) Os valores religiosos

A mais antiga educação em valores é a religiosa, que persiste ainda hoje. Baseia-se nas crenças em verdades reveladas, contidas em livros sagrados ou simplesmente transmitidas oralmente.

Por ser fundamentada em valores absolutos, à medida que as sociedades ocidentais se diversificaram e tornaram-se mais abertas ao pluralismo, à racionalização e portanto à laicização do pensamento, as normas religiosas perderam em amplitude. Mesmo aqueles que as seguem, abrem-se para discussões a fim de conciliar certos preceitos às exigências contemporâneas.

b) A tendência sociológica

Na sua obra *A educação moral*, o sociólogo Émile Durkheim (1858-1917) propõe uma moral laica, independente dos valores religiosos. Para ele, educar é socializar a criança, ajudá-la a assumir os valores da comunidade a que pertence. Quando há conflitos, esses são entendidos como dificuldade

de adaptação aos valores vigentes, o que revela a importância em adequar o comportamento aos papéis de cada um na sociedade.

Para evitar a crítica de que nesse caso a moral funciona de maneira heteronômica, Durkheim argumenta que do mesmo modo que nas ciências da natureza só conhecemos bem quando respeitamos as leis, também a autonomia moral pode ser livre, quando se compreende que as regras devem ser seguidas. Assim, o sujeito torna a norma exterior (heterônoma) em assentimento interior (autonomia).

c) A formação de hábitos virtuosos

Esta é uma tendência muito comum ainda hoje, cujos princípios podem ser encontrados na tradição grega, sobretudo por influência de Aristóteles. Lembramos a frase famosa, “uma andorinha só não faz verão”, segundo a qual apenas um ato bom não identifica o indivíduo virtuoso. Sob esse aspecto, educar moralmente é ensinar virtudes, construir hábitos e forjar o caráter.

De certo modo, ensinam-se virtudes às crianças de modo abstrato: seja justo, não minta, não se aproprie do que não é seu, não agrida, seja responsável e generoso, cumpra seus deveres. Essa prática enfatiza as tradições da cultura e deixa pouco espaço para que se assumam pessoalmente as regras de modo autônomo. Além de que a exterioridade da ação não reflete necessariamente o amadurecimento moral.

De fato, duas crianças com o mesmo comportamento — por exemplo, que emprestam material para o colega — podem estar em níveis morais diferentes, como já percebera Kohlberg: uma age assim por já ser cooperativa, enquanto a outra porque teme a reprimenda do professor ou por desejar ser elogiada.

Outra crítica é que a moral não é um livro de receitas de comportamentos “certos”, já que muitas vezes nos encontramos em situações que exigem maturidade e elaboração pessoal para resolver conflitos cuja solução não tem como ser prevista.

d) A clarificação de valores

Como diz o título, essa tendência visa a examinar os valores dados a fim de descobrir quais deles poderão ser considerados seus. Os principais representantes dessa corrente são os professores norte-americanos L. Raths, M. Harmin e Sidney Simon, que apresentam os diversos passos desse processo bastante flexível e dinâmico.

⁴ “Minha busca pessoal pela moralidade universal”. Em: BIAGGIO, Angela M. Brasil. *Lawrence Kohlberg: ética e educação moral*. São Paulo: Moderna, 2002. p. 98-99. (Coleção Logos).

⁵ Adaptamos neste tópico, de modo sintético, algumas explicações de PUIG, Josep Maria. *A construção da personalidade moral*. São Paulo: Ática, 1998. p. 23-76.



MUSEU DO LOUVRE

O mestre-escola, tela de Adrien Van Ostade, 1662.

A palmatória foi usada e aceita por longo tempo nas escolas, como maneira de obrigar os alunos a aceitarem as normas impostas. Por que, do ponto de vista da educação moral, os castigos físicos vão na contramão das ideias de Kohlberg e de tantos pedagogos atuais?

O papel do professor será então oferecer *alternativas* — e nunca revelar suas próprias preferências — a fim de que o educando se sensibilize a respeito dos próprios valores. Os passos são orientados inicialmente por estratégias que permitam fazer a *seleção*

dos valores que cada um julga mais adequados; em seguida vem a fase de *apreciação* desses valores e as consequências deles. Só então dá-se a *escolha* que irá orientar a ação daí em diante.

A respeito dessa orientação, o professor catalão Josep Puig diz:

As teorias sobre a clarificação de valores têm trazido aspectos muito interessantes e inovadores para a educação moral, mas também têm deixado de lado elementos que não deveriam ser esquecidos. O reconhecimento da pessoa como ser livre e autônomo, com capacidade para decidir o que em cada momento considera o melhor, pode resultar em uma defesa do individualismo mais puro, sem levar em conta a perspectiva social.⁶

Em síntese, trata-se de uma concepção que, ao igualar qualquer tipo de escolha, ancora-se em critérios subjetivos e emotivos que podem levar a uma concepção relativista da moral, em um período em que crianças e jovens estão em processo de formação.

6 A construção da personalidade moral

Vimos que ninguém nasce moral, mas pela educação o indivíduo terá a chance de constituir sua personalidade moral. O sujeito ético procede a um descentramento, tornando-se capaz de superar o narcisismo infantil, e move-se na direção do outro, reconhecendo sua igual humanidade. Ao contrário da educação moral doutrinadora, as normas de coexistência assumidas supõem a deliberação livre e responsável. É o próprio sujeito que indaga sobre suas escolhas de vida, que tipo de pessoa gostaria de ser, qual a melhor maneira de relacionar-se com os outros.

As dificuldades enfrentadas para educar moralmente as crianças ou para instalar uma comunidade de entendimento e diálogo levam-nos a admitir que, na sociedade competitiva e individualista em que vivemos, pode parecer utopia aspirar por valores como a justiça, baseados na reciprocidade e no compromisso pessoal.

⁶ PUIG, Josep Maria. *A construção da personalidade moral*. São Paulo: Ática, 1998. p. 44.

Leitura complementar

O dilema do bote salva-vidas

Neste relato, Kohlberg analisa as respostas de dois entrevistados aos quais foram apresentados os dilemas: o Juiz D. e outra respondente, chamada Joan, ambos identificados no estágio 6.

“O dilema apresenta uma situação na qual há três pessoas em um bote com quase nenhuma chance de sobrevivência a não ser que uma dessas pessoas saia dele. As três pessoas são o capitão, que é quem sabe navegar, um homem forte e jovem e um velho fraco com um ombro quebrado e que não pode remar eficientemente. Nenhum deles quer saltar do bote espontaneamente. Parece haver três escolhas nesse dilema. A primeira é uma solução utilitária extrema, baseada na chance de salvar mais vidas. Essa solução exige que o capitão mande o velho saltar do bote. A segunda solução, que pode ser considerada a mais justa, seria tirar a sorte para ver quem deve pular. A terceira solução é aquela na qual ninguém pula do bote, caso em que há grande probabilidade de todos virem a morrer. Em resposta a esse dilema, o Juiz D. diz: ‘Penso que eles realmente deveriam ter tirado a sorte. Esse método, pelo menos, seria consistente com minha convicção de igualdade dos seres humanos. Nenhuma vida é melhor do que a outra e não há razão no mundo para dois tirarem a vida de outro. E o motivo é exatamente o mesmo a que venho me referindo, isto é, o respeito pela dignidade da vida humana’. [...]

O Juiz D. resolve o dilema do bote salva-vidas com o princípio de respeito pelas pessoas manifestado na opção de tirar a sorte. No entanto, ele não interpreta esse princípio como a obrigatoriedade de obter a concordância por meio do diálogo. Essa sua omissão impede-nos em parte de identificar as respostas do Juiz D. como exemplo do estágio 6. Ao contrário, a concepção de Joan de respeito pelas pessoas a leva a procurar o acordo por meio do diálogo a ponto de manter o diálogo, na situação do bote salva-vidas, embora, nessas condições, fique muito ameaçada a probabilidade de sobrevivência de todos:

— ‘O que deve fazer o capitão?’
— ‘Bem, não penso que o capitão deva fazer algo por conta própria, é claro. Acho que essa é uma decisão que precisa ser tomada pelas três pessoas envolvidas.’

— ‘Como chegarão a tomar essa decisão — se nenhum deles quer espontaneamente pular do bote — uma vez que isso faz parte da situação?’

— ‘Bem, certamente compreendo que naquele momento nenhum deles se voluntaria a saltar do barco. Sabe, isso é algo que precisa ser discutido por muito tempo e pensado individualmente e mais discutido. É uma decisão cooperativa. Ninguém tem o direito de tomar essa decisão isoladamente.’ [...]

— ‘Mas eles podem não chegar a um consenso.’
— ‘Bem, acho que nessa situação é difícil acreditar que ninguém tomaria a decisão de pular do barco, mas, se não o fizerem, todos irão morrer. Quero dizer que os três estão na situação juntos, devendo haver uma decisão cooperativa ou nada.’

Enquanto afirmamos que a disposição de entrar em diálogo é uma parte necessária do ponto de vista moral, também questionamos se o compromisso de Joan com a busca de acordo por meio do diálogo até que todos morram seria a solução moralmente correta desse dilema. [...] Frankena relaciona claramente a necessidade de diálogo com o ponto de vista moral. Entretanto, também está consciente do fato de que o diálogo pode ser interrompido. Nesse caso, Frankena afirma que o pensador moral maduro não exige um consenso real, mas um *consenso ideal*. Como ele diz⁷: [...] ‘Aqui entra a autonomia do agente moral — ele deve adotar o ponto de vista moral exigindo um consenso eventual com outros que fazem o mesmo, porém ele próprio deve julgar [mesmo que se engane]’.

KOHLBERG, Lawrence et al. *O retorno do estágio 6: seu princípio e ponto de vista moral*. Em: BIAGGIO, Angela Maria Brasil. *Lawrence Kohlberg: ética e educação moral*. São Paulo: Moderna, 2002. p.108-112. (Coleção Logos).

Questões

- 1 Em que as respostas do Juiz D. e de Joan diferem?
- 2 Por que, segundo Kohlberg, o diálogo é importante em questões de dilemas morais?
- 3 Qual é a opinião de Frankena a respeito do diálogo?
- 4 Dê sua opinião sobre o dilema do bote salva-vidas.

⁷ FRANKENA, W. K. *Ethics*. Citado por Kohlberg na fonte indicada no texto.

Atividades

Reverendo o capítulo

- 1 Faça o fichamento da teoria de Piaget.
- 2 Faça o fichamento da teoria de Kohlberg.
- 3 Destaque as semelhanças e diferenças entre Piaget e Kohlberg.

Aplicando os conceitos

- 4 O egocentrismo infantil é um elemento constitutivo de determinada fase do desenvolvimento intelectual, afetivo e moral da criança. O que dizer dos adultos que não perderam esse traço?
- 5 Leia a citação de Barbara Freitag e responda às questões.

"Os gregos diferenciavam, como sabemos, entre dois conceitos distintos de tempo: *kronos* e *kairós*. O primeiro conceito refere-se à passagem contínua do tempo (donde, cronologia) e o segundo conceito refere-se ao momento certo, maduro, para certos eventos. Há, também, no caso da psicogênese infantil, momentos certos (*kairós*) para promover o pensamento lógico, a moralidade autônoma e a competência linguística. Sociedades que se omitem e não fornecem as condições materiais e sociais adequadas para as novas gerações nos momentos certos perdem a oportunidade de criar cidadãos maduros, capazes de assumir com responsabilidade e autonomia suas funções na sociedade." (Barbara Freitag. *Itinerários de Antígona: a questão da moralidade*. Campinas: Papirus, 1992. p. 283.)

- a) Por que, segundo Piaget e Kohlberg, o desenvolvimento do pensamento lógico e da moralidade não diz respeito apenas a uma evolução mecânica do psiquismo infantil?
- b) Analisando as teorias de Piaget e Kohlberg, em que sentido podemos destacar o conceito de *kairós* na educação moral?
- c) O conceito de *kairós* nos coloca diante da questão política que envolve a intenção de educar moralmente as crianças. Explique por quê.

- 6 A partir da seguinte citação de Montesquieu (século XVIII), identifique os três níveis de moralidade segundo Kohlberg.

"Se eu soubesse de algo que fosse útil a mim, mas prejudicial à minha família, eu o rejeitaria de meu espírito. Se soubesse de algo útil à minha família, mas não à minha pátria, procuraria esquecê-lo. Se soubesse de algo útil à minha pátria, mas prejudicial à Europa, ou então útil à Europa, mas prejudicial ao gênero humano, consideraria isto como um crime." (Montesquieu. *Mes pensées*. Em: *Oeuvres complètes*. v. I. Paris: Gallimard, 1958. p. 981.)

- 7 Em grupo, escolha uma das orientações de educação moral expostas no tópico 5, "Outras tendências".
 - a) Indique possíveis críticas que Kohlberg faria a essa orientação.
 - b) Verifique entre os integrantes do grupo quem se contrapõe a teorias cognitivistas (como a de Piaget e Kohlberg) e por quê.

Dissertação

- 8 Considerando a máxima kantiana de que devemos tratar todo ser humano como fim e não como meio, faça uma redação sobre o fato de que na sociedade em que vivemos nem sempre essa máxima é respeitada.

Pesquisa e debate

- 9 Como educar as novas gerações?

O trabalho deverá ser feito em três etapas:

- a) em grupo, entrevistar pessoas de diversas faixas etárias, propondo-lhes a questão acima (além da resposta, anotar idade, estado civil, profissão, escolarização do entrevistado);
- b) com base nas anotações, analisar os dados recolhidos e fazer uma comparação com os conceitos aprendidos no capítulo, inclusive na leitura complementar, e elaborar um relatório;
- c) o relatório de cada grupo será exposto à classe e servirá de base para uma discussão geral.



FINNREUNION DES MUSÉES NATIONAUX-OTHER IMAGES

A tela do pintor flamengo Peter Paul Rubens, *As parcas fiando o destino de Maria de Médici*, representa as divindades que na Grécia eram designadas Moiras (*moira*, em grego, significa "destino"). Elas são três irmãs que dividem entre si as seguintes funções: Cloto (aquela que "fia") tece os fios dos destinos humanos; Láquesis (que significa "sorte") põe o fio no fuso; Átropos (ou seja, "inflexível") corta impiedosamente o fio que mede a vida de cada mortal. Nesse mito está implícita a ideia de que a ação humana depende dos desígnios divinos. Os relatos de Homero e Hesíodo revelam como os heróis até se orgulham de ser escolhidos por certos deuses, que os fazem seus protegidos, defendendo-os da ação malévola de outros deuses.

Podemos dizer que muito desse mito ainda permanece entre as pessoas que admitem ser impotentes diante da força do destino, da fatalidade. E você, acredita em destino?

As parcas fiando o destino de Maria de Médici. Peter Paul Rubens, 1622-1626.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

1 Mito, tragédia e filosofia

Uma das características da consciência mítica é a aceitação do destino: os costumes dos ancestrais têm raízes no sobrenatural e as ações humanas são determinadas pelos deuses. Em consequência, não se fala propriamente em comportamento ético, por faltar a dimensão de subjetividade que caracteriza o ato livre e autônomo.

Ao analisarmos a passagem do mito à razão na Grécia Antiga, vimos como ocorreu o desenvolvimento da consciência crítica. Resta, no entanto, apresentar um lapso intermediário caracterizado pela *consciência trágica*, que representa o momento em que o mito não foi totalmente superado e ainda não se firmou a consciência filosófica.

A tragédia grega floresceu por curto período, e os autores mais famosos foram Ésquilo (525-456 a.C.), Sófocles (496-406 a.C.) e Eurípedes (c. 480-406 a.C.). O conteúdo das peças teatrais é retirado dos mitos, mas há algo novo no tratamento dado pelos autores — sobretudo Sófocles — ao relato das façanhas dos heróis.

++ PARA SABER MAIS

A passagem do mito à razão é analisada no capítulo 3, “O nascimento da filosofia”.



Cópia romana de um relevo grego do século IV a.C. No teatro grego usavam-se máscaras para expressar emoções fortes de alegria, tristeza, pavor. Havia também as máscaras femininas, usadas por homens, porque as mulheres não podiam atuar no teatro.

Tomemos por exemplo a tragédia *Édipo-Rei* de Sófocles. Nela conta-se que Laio, senhor de Tebas, soube pelo oráculo que seu filho recém-nascido haveria de assassiná-lo e casar-se em seguida com a própria mãe. Laio antecipa-se ao destino e manda matar o filho, mas suas ordens não são cumpridas, e a criança cresce em lugar distante. Quando adulto, Édipo consulta o oráculo e, ao tomar conhecimento do destino que lhe fora reservado, foge da casa daqueles que supunha serem seus verdadeiros pais a fim de evitar o cumprimento daquela sina. No caminho desentende-se com um estranho — e o mata. Esse desconhecido era, na verdade, seu pai. Entrando em Tebas, Édipo casa-se com Jocasta, viúva de Laio, ignorando ser ela sua mãe. E assim cumpriu-se o destino.

Mesmo que Sófocles tenha tomado do mito o enredo da história, as figuras lendárias apresentam-se com a face humanizada, agitam-se e questionam o destino. A todo momento emerge a força nova da vontade que se recusa a sucumbir aos desígnios divinos e tenta transcender o que lhe é dado, por meio de um ato de liberdade. Quando Jocasta tenta demover Édipo dessa busca, assim ele diz:

Hei de seguir a trilha até o fim: eu não posso deixar de esclarecer o enigma do meu próprio nascimento!¹

Quando Édipo intuiu ser ele próprio o assassino procurado em Tebas, levou o inquérito até o fim, como se estivesse em busca da própria identidade. Apesar de no final vencer a irracionalidade, Édipo não foi um ser passivo. A *tragédia* consiste justamente em revelar a contradição entre determinismo e liberdade, na luta contra o destino levada a cabo pela pessoa que emerge como ser de vontade. Quando no final Édipo se cega, diz:

Foi o deus Apolo que me quis submeter a esta amargura! Porém a mão que golpeou meus olhos não foi a de ninguém, senão a minha: que mais pudera eu desejar ver, se a vista só me dava desprazer?²

A tentativa de reflexão e de autoconhecimento retrata o *logos* nascente. Daí em diante a filosofia representará o esforço da razão em *compreender o mundo e orientar a ação*.

¹ SÓFOCLES. *Édipo-Rei*. São Paulo: Abril Cultural, 1976. p. 66. (Coleção Teatro Vivo).

² Idem, p. 82.

2 Somos livres ou determinados?

Quando nos referimos ao conceito de liberdade, podemos fazê-lo a partir de diversas perspectivas. Há os que descreem da possibilidade de escolha livre e outros para quem uma pessoa livre é aquela que pensa e age por si própria, não é constrangida a fazer o que não deseja nem é escrava ou prisioneira de seu destino.

Vejamos algumas concepções de filósofos que fizeram uma indagação radical a respeito do que é liberdade, para saber se somos sujeitos livres ou se apenas temos a ilusão da liberdade.

3 A liberdade incondicional e o livre-arbítrio

Na tradição filosófica em geral, desde os gregos, enfatizou-se a liberdade humana absoluta, teoria pela qual temos a escolha de agir de um modo ou de outro, independentemente das forças que nos constroem. Segundo essa perspectiva, ser livre é decidir e agir como se quer, sem determinação causal, seja exterior (ambiente em que se vive), seja interior (desejos, motivações psicológicas, caráter). Mesmo admitindo que tais forças existam, o ato livre pertenceria a uma esfera independente em que se realiza a liberdade humana. Ser livre é, portanto, ser incausado.

► Os gregos

A concepção de liberdade remonta a Sócrates, que imprime uma orientação racionalista à ética. Para ele, virtudes — como a justiça, a fortaleza, a temperança, a prudência — dependem do conhecimento que delas temos. Ou seja, agimos bem quando conhecemos a virtude e mal quando a ignoramos. Desse modo, alguém é corajoso quando a razão o orienta a enfrentar os desafios e não se acovardar. A crítica que se faz a essa posição intelectualista de Sócrates é a de ter desconsiderado a vontade humana como elemento capaz de contrariar a disposição racional para o bem.

Aristóteles define o ato voluntário como “princípio de si mesmo”, de modo que tanto a virtude como o vício dependem da vontade do indivíduo. Ao examinar as paixões humanas — a cólera, o medo, a audácia, a inveja, a alegria, o desejo —, Aristóteles diz que elas são apetites e, diante delas, não podemos afirmar se somos bons ou maus, porque não dependem de nossa escolha. A virtude, no entanto,

não é um apetite, mas uma *disposição de caráter* relacionada com uma escolha determinada por um princípio racional próprio do homem dotado de sabedoria prática. Já as virtudes ou vícios envolvem escolha, e por isso podem ser bons ou maus e estão sujeitos às honras ou aos castigos.

No entanto, fazemos uma ressalva ao abordar a questão da liberdade na Antiguidade. Segundo a filósofa Hannah Arendt, naquele período a ideia de liberdade ainda restringia-se ao campo político e não dizia respeito à vida privada. Diz ela que para Aristóteles a “vida boa” é a vida do cidadão que não precisava se ocupar com os atos diários de sobrevivência — função de mulheres e escravos — e podia se dedicar à atuação livre na pólis.

De fato, na Grécia Antiga, apenas no âmbito da pólis — e portanto da política — fala-se em liberdade, compartilhada entre os iguais. Ao contrário, a família é o “espaço da necessidade”, mergulhada nas exigências de sua preservação. Além disso, na vida privada só há desigualdade, porque o chefe de família exerce um poder de vida ou morte inquestionável sobre mulheres, crianças e escravos. Só que o chefe de família tem a possibilidade de liberar-se das necessidades da vida e, em companhia de outros homens, inserir-se no espaço público por palavras e ações.

++ PARA SABER MAIS

Hoje usamos o termo “déspota” para designar o governante dominador, tirano, que governa à revelia das leis. Na Grécia Antiga *despótes* era a denominação dada ao chefe de família.

É ainda Hannah Arendt quem diz:

... sempre que o mundo artificial não se torna palco para ação e discurso — como ocorre com comunidades governadas despoticamente que os [os homens] banem para a estreiteza dos lares, impedindo assim o ascenso de uma esfera pública — a liberdade não possui realidade concreta. Sem um âmbito público politicamente assegurado, falta à liberdade o espaço concreto onde aparecer.³

Virtude. Do grego *areté*. Originalmente teve um duplo significado, físico e moral. Fisicamente, tem virtude quem é corajoso, valoroso; moralmente, é a força da alma que tende para o bem.

³ ARENDT, Hannah. *Entre o passado e o futuro*. São Paulo: Perspectiva, 1978. p. 195.

► Santo Agostinho

A noção de liberdade, como liberdade “interior”, relacionada ao próprio eu e não mais vinculada apenas ao espaço público, só aparece como discussão teórica com os teólogos cristãos. Agostinho de Tagaste (354-430) — ou Santo Agostinho, bispo de Hipona (África) — foi o primeiro a usar o conceito de livre-arbítrio, como faculdade da razão e da vontade, em sua obra *De libero arbitrio voluntatis* (*Sobre a livre escolha da vontade*).

No sentido ético, livre-arbítrio significa *liberdade de indiferença*, por meio da qual o sujeito age pela força de sua vontade, independentemente dos constrangimentos que sofre. Em seu livro *Confissões*, Agostinho relata a luta interna que culminou com a sua conversão ao catolicismo, depois de ter levado uma vida por ele considerada dissoluta. A vivência dos conflitos de uma consciência atormentada pela noção do pecado o fez exaltar o poder da vontade. Ou seja, se a razão conhece, é a vontade que decide e escolhe, o que caracteriza o voluntarismo da sua teoria, em oposição ao intelectualismo de Sócrates. Mas, como cristão, realça o poder da graça divina que o auxilia a escolher o bem e a rejeitar o mal.

► Idade Moderna

Deixando o campo das discussões teológicas, o filósofo racionalista Descartes também ocupa-se com a questão do livre-arbítrio. Em uma das máximas da moral provisória, defende que o ser humano deva sempre procurar dominar a si mesmo, desejando apenas o que *pode* fazer. Mesmo que as paixões possam ser boas em si, cabe à razão averiguar como as utilizamos, a fim de dominá-las, já que a força das paixões está em iludir a alma com razões enganosas e inadequadas. Portanto, o intelecto tem prioridade sobre as paixões, na medida em que o melhor conhecimento delas é condição para que possamos controlá-las.

A concepção do livre-arbítrio ainda hoje tem seus adeptos. Veremos a seguir uma tendência que a ela se opõe de modo radical, para depois analisar aquelas que visam a superar essa contradição.

4 O que é determinismo?

Segundo o determinismo científico, *tudo o que existe tem uma causa*. O mundo explicado pelo princípio do determinismo é o mundo da necessidade, e não o da liberdade. *Necessário* significa tudo aquilo que tem de ser e não pode deixar de ser. Nesse

sentido, *necessidade* é o oposto de *contingência*, que significa “o que pode ser de um jeito ou de outro”.

Exemplificando: se aqueço uma barra de ferro, ela se dilata: a dilatação é necessária, no sentido de ser um efeito inevitável, que não pode deixar de ocorrer. No entanto, é contingente que neste momento eu esteja usando roupa vermelha ou amarela.



Turistas chineses em câmara de gravidade zero, sob a proteção de astronautas russos, em centro de treinamento espacial. Moscou, 2004.

Ora, se a ciência não partisse do pressuposto do determinismo, seria impossível estabelecer qualquer lei. A física, a química, a biologia constituíram-se como ciências ao longo dos quatro últimos séculos na medida em que identificam relações constantes e necessárias entre os fenômenos. Não haveria conhecimento científico se tudo fosse contingente, isto é, se pudesse acontecer ora de um modo, ora de outro.

++ PARA SABER MAIS

A noção de determinismo nas ciências predominou até o século XIX. No século seguinte, as teorias de Planck, Einstein, Heisenberg e outros relativizaram o conceito que deixou de supor a previsão científica como *infalível* para considerá-la apenas *provável*. Veremos melhor essa questão no capítulo 31, “O método das ciências da natureza”.

► Positivismo e ciências humanas

Não demorou para que o determinismo, conceito básico para a explicação nas ciências da natureza, também passasse a ser usado para compreender os fenômenos humanos. No século XVIII, os filósofos materialistas franceses D’Holbach e La Mettrie procuraram explicar os atos humanos como simples elos de uma cadeia causal universal.

Mas foi no século XIX que o filósofo francês Augusto Comte (1798-1857), principal expoente da doutrina positivista, fundou a sociologia, que ele chamava de *física social*. Como sabemos, Comte desenvolveu a “lei dos três estados”, segundo a qual o espírito humano teria passado por três fases: o teológico, o metafísico e o positivo. Este último coincidiria com o desenvolvimento das ciências experimentais, estágio da maturidade intelectual que deixou para trás as outras formas de conhecimento, por ele consideradas místicas e abstratas.

++ PARA SABER MAIS

Outras informações sobre Comte, no capítulo 15, “A crítica à metafísica”.

Vejam os que são essas três fases da humanidade:

- **Estado teológico:** de início, as tribos justificavam miticamente o mundo em que viviam e até os europeus durante muito tempo aceitaram a teoria do direito divino dos reis;
- **Estado metafísico:** nos séculos XVIII e XIX, os teóricos inventavam teorias como “liberdade de consciência”, “soberania popular”, que não passam de ficções, palavras que nada explicam e ainda fomentam revoluções;
- **Estado positivo:** seria aquele atingido pelas ciências modernas, que se baseiam no conhecimento das relações invariáveis dos fatos, e que, por meio de observações e do raciocínio, enunciam leis universais. Portanto, para que a ciência sociológica se tornasse *positiva*, deveria usar o método das ciências experimentais; ou seja, submeter-se aos métodos da biologia, da química, da física.

Comte apenas forneceu os parâmetros para a nova sociologia, indicando a necessidade de se examinar cientificamente os fundamentos da

... PARA REFLETIR

Até hoje persiste a tendência positivista de analisar os fatos humanos sob a perspectiva das ciências experimentais. Por exemplo: seriam determinantes do comportamento os fatores biológicos (hereditariedade, distúrbios hormonais, etnia), químicos (ação de remédios), climáticos (relação entre clima e temperamento das pessoas) e outros. Procure fatos concretos que ilustrem esses casos e posicione-se a respeito: seriam esses fatores determinantes absolutos?

inteligência e da moral, passando pelo estudo das paixões, a fim de evitar as turbulências que sempre perturbaram os governantes.

Algumas influências

A literatura foi influenciada pelo determinismo positivista: a estética naturalista oferece inúmeros exemplos da explicação do comportamento humano como decorrente de fatores determinantes, sem possibilidade alguma de transcendência. Émile Zola, romancista francês do século XIX, afirmava que o romance experimental era uma consequência da evolução científica, cabendo-lhe continuar e completar a fisiologia. Portanto, ele substituiu o estudo do sujeito abstrato pelo estudo do ser humano natural, submetido às leis físico-químicas e determinado pelas influências do meio.

Outra influência positivista foi a constituição de ciências como a psicologia. Não por acaso os primeiros estudiosos eram médicos, como o alemão Wilhelm Wundt (1852-1920), que fundou o primeiro laboratório para examinar aspectos da percepção sensorial, principalmente a visão, fator que podia ser mais bem controlado experimentalmente.

Nos Estados Unidos destacou-se o início da teoria comportamentalista (**behaviorismo**). Assim diz o psicólogo norte-americano John B. Watson (1878-1938):

Deem-me doze crianças sadias, de boa constituição, e a liberdade de poder criá-las à minha maneira. Tenho a certeza de que, se escolher uma delas ao acaso, e puder educá-la, convenientemente, poderei transformá-la em qualquer tipo de especialista que eu queira — médico, advogado, artista, grande comerciante, e até mesmo em mendigo e ladrão —, independente de seus talentos, propensões, tendências, aptidões, vocações e da raça de seus ascendentes.⁴

No entanto, essa visão um tanto redutora dos primeiros behavioristas foi revista pelas pesquisas científicas de outro psicólogo norte-americano, Burrhus F. Skinner (1904-1990), que criou o behaviorismo radical. Estudioso de condicionamentos em animais e seres humanos, deu prosseguimento ao ideal de controle do comportamento, mas de maneira mais elaborada e científica.

Behaviorismo. Do inglês *behaviour*, “comportamento”. Teoria e método de investigação psicológica que examina de maneira objetiva o comportamento humano e dos animais.

⁴ Apud HEIDBREder, Edna. *Psicologias do século XX*. 3. ed. São Paulo: Mestre Jou, 1975. p. 218.



Tela *Naná*. Édouard Manet, 1877.

Esta tela impressionista de Édouard Manet foi recusada no salão oficial de Paris por retratar uma prostituta de luxo em trajes íntimos observada por seu amante. Essa personagem é Naná, de um livro homônimo de Émile Zola, no qual o escritor descreve a vida de uma artista sem importância do teatro de variedades no final do século XIX, e que pela beleza e sedução extorque os bens de seus amantes. Ao mesmo tempo, Zola expõe o desregramento e a hipocrisia da sociedade. Segundo o enfoque naturalista do escritor, a origem pobre e humilde da protagonista explica a frieza e o cálculo com que envolve os homens em sua teia. Ao mesmo tempo, percebemos nessa literatura a mudança na concepção da “heroína” do romance que, de mulher frágil e dependente, surge como a destruidora de lares. Seria preciso esperar mais tempo para que a figura feminina fosse vista além desses dois polos excessivamente simplificadores. Comente com um colega as mudanças que já ocorreram nesse âmbito até os dias atuais.

++ PARA SABER MAIS

Sobre as tendências da psicologia, consulte o capítulo 32, “O método das ciências humanas”.

A consequência do positivismo para as ciências humanas foi, entre outras, a afirmação de que não há liberdade humana ou, no melhor dos casos, que não faz sentido discutir esses assuntos “metafísicos”.

5 Os teóricos da liberdade

Até aqui, vimos, de um lado, os defensores do livre-arbítrio, e, de outro, os que negam a liberdade, ao admitir que o ser humano está submetido a determinismos. No entanto, nem sempre as interpretações são tão simples, porque mesmo entre os pensadores citados persistem nuanças difíceis de conciliar.

A seguir, vamos examinar outras concepções que deslocam o questionamento ao propor que não interessa saber se somos livres ou não, mas que, a partir dos determinantes — e por meio deles —, de que maneira podemos exercer a liberdade.

► A liberdade em Espinosa

Voltando um pouco no tempo, encontramos o filósofo holandês Baruch Espinosa, que viveu no século XVII, autor de uma teoria original, considerada por muitos determinista e, portanto, negadora da liberdade. No entanto, as consequências que de fato extrai da sua teoria seguem, no sentido inverso, em direção

a uma concepção inovadora da relação corpo-alma e a uma ética da alegria e da liberdade.

++ PARA SABER MAIS

No capítulo 7, “Em busca da felicidade”, Espinosa nos propõe uma ética da alegria.

Para Espinosa, Deus não é um ser transcendente como tradicionalmente descrito, mas uma Substância que constitui o Universo inteiro e não se separa daquilo que produziu, ou seja, é causa imanente dos seus modos, entre os quais está o ser humano. Daí a conhecida expressão latina *Deus sive Natura*: Deus ou Natureza.

O *conatus*

Todos os seres, em decorrência dessa ligação com os atributos divinos, têm uma potência natural de autoconservação, que Espinosa chama de *conatus*, segundo a qual

toda coisa se esforça, enquanto está em si, por perseverar no seu ser.⁵

E ETIMOLOGIA

Conatus. Do latim, “esforço” físico ou moral; “empenho”; “inclinação”.

⁵ ESPINOSA. *Ética*, Parte III, Proposição VI. São Paulo: Abril Cultural, 1973. p. 188. (Coleção Os Pensadores).

Trata-se de uma força vital, afirmativa, que se expressa no corpo como *apetite* e na alma, como *desejo*. A intensidade do *conatus* depende da qualidade de nossos apetites e desejos, que aumentam a capacidade de existir e pensar, e da maneira como nos relacionamos com as forças externas, que podem nos subjugar, diminuindo nossa força interna e nos tornar passivos.

Para melhor entender essa mudança de direção, Espinosa distingue as paixões alegres das paixões tristes e completa que “o desejo que nasce da alegria é mais forte do que o desejo que nasce da tristeza”. Os desejos nascidos da alegria (amor, amizade, generosidade, benevolência, gratidão) são mais fortes porque aumentam nossa capacidade de agir e de conhecer, permitem o desenvolvimento humano, facilitam o encontro das pessoas. Já os desejos nascidos da tristeza (inveja, ódio, medo, orgulho, ciúme, vingança) são mais fracos por impedirem o crescimento, corromperem as relações e se orientarem para as formas de exploração e destruição.

Segundo essa concepção original, Espinosa não hierarquiza corpo e alma: a razão não é superior aos afetos, nem cabe a ela controlá-los. Os apetites e desejos jamais serão dominados por uma ideia ou uma vontade, mas apenas por outros afetos mais fortes: a alma nada pode contra uma paixão triste, na medida em que somente uma paixão mais forte poderá afastar uma paixão mais fraca.



Afresco *A inveja*, capela Scrovegni, Pádua. Giotto, 1306. Numa das paredes dessa capela há belos afrescos de Giotto (séc. XIV). Entre os que representam as virtudes e os vícios, encontra-se a inveja, sobre as chamas, com a língua em forma de serpente a lhe entrar pelos olhos: o invejoso, que maldiz o bem que o outro possui, tem a visão do mundo e de si mesmo prejudicada pela paixão.

⁶ ALAIN. *Discursos livres*. Em: VERGEZ, André e HUISMAN, Denis. *História dos filósofos ilustrada pelos textos*. São Paulo: Freitas Bastos, 1970. p. 395-396.

Onde está a liberdade?

Como se vê, Espinosa não nega a causalidade interna (o determinismo), antes a considera adequada para que o ser atinja sua essência. Mais que isso, não culpabiliza as paixões como forças perigosas a serem submetidas e controladas pela pretensa força superior da razão e da vontade, como até então sempre se aceitou na tradição do livre-arbítrio.

Entende portanto a liberdade como autodeterminação. O indivíduo é livre quando age de acordo com sua causalidade interna. Quando sucumbe à influência externa, é coagido, determinado. A liberdade deriva do esforço de perseverar no seu ser, que terá como efeito a alegria. Ao contrário, as paixões tristes (medo, humildade, arrependimento, inveja) aumentam nossa impotência e perpetuam nossa servidão.

6 Consciência e liberdade

Contemporaneamente, continuam as tentativas de superar a oposição determinismo-liberdade, para investigar em que medida o ser humano é *determinado e livre*. Vejamos primeiramente as respostas que se orientam pela perspectiva racionalista, que privilegia a consciência moral como capacidade intelectual do conhecimento.

Segundo essa visão, não há como negar que o ser humano sofre influências da cultura que herdou e do tempo e espaço em que vive. No entanto, por ser consciente, é capaz de conhecer esses condicionamentos. A partir da consciência das causas (e não à revelia delas), é possível construir um projeto de ação. Portanto, encontramos a liberdade no poder de transformação sobre a natureza do mundo e sobre a própria natureza humana.

O filósofo francês Alain — pseudônimo de Émile-Auguste Chartier (1868-1951) — diz que “quando era pequeno, e antes que tivesse visto o mar, acreditava que os barcos iam sempre para onde o vento os empurrava”.⁶ Mas sabemos como um hábil marinheiro manobra um veleiro e, fazendo zigue-zagues, pode seguir para onde quiser, “avançando contra o vento pela própria força do vento”.

Desse modo, a causalidade não é ignorada, mas introduz-se uma outra causa — a consciência do determinismo — que transforma o sujeito em ser atuante, e não simples efeito passivo das causas que agem sobre ele. A ação livre concretiza-se no trabalho do indivíduo como ser consciente e prático.



VO GONZALES/AGÊNCIA O GLOBO

Lars Grael e Marcelo Jordão disputando as Olimpíadas de 2008, na China. Os velejadores conhecem o determinismo do vento, mas com a habilidade de suas manobras o veleiro não segue apenas para onde sopra o vento, mas para onde eles desejam ir. A não ser quando há calmaria...

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

7 A fenomenologia: a liberdade situada

No século XX, diversos filósofos da corrente fenomenológica abordaram a questão da liberdade na tentativa de superar a antinomia determinismo-liberdade. Para eles, a discussão sobre liberdade não se completa no plano de uma liberdade abstrata, nem conforme uma concepção racionalista, que privilegie apenas o trabalho da consciência, mas sim a partir da liberdade do sujeito encarnado, situado e capaz de relacionar-se com o mundo e consigo mesmo.

Na linguagem da fenomenologia, traduzimos os dois polos determinismo-liberdade como *facticidade* (ou *imanência*) e *transcendência*. Esses polos são antitéticos, ou seja, contraditórios, mas estão indissoluvelmente ligados.

a) Facticidade

A facticidade é a dimensão de “coisa” que todo ser humano tem, é o conjunto das suas determinações. Segundo a *facticidade*, encontramos no mundo com um corpo, com determinadas características psicológicas, como pertencentes a uma família, a um grupo social, situados em um tempo e espaço que não escolhemos.

⁷ MERLEAU-PONTY, Maurice. *Fenomenologia da percepção*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999. p. 6.

b) Transcendência

No entanto, não estamos no mundo como as coisas estão. A *transcendência* é a dimensão pela qual o ser humano executa o movimento de ir além dessas determinações, não para negá-las, mas para lhes dar um sentido. É a dimensão da liberdade.

► Merleau-Ponty

Um dos mais importantes filósofos da corrente fenomenológica, o francês Maurice Merleau-Ponty (1908-1961) relaciona a liberdade à compreensão do corpo, entendido como condição de nossa experiência no mundo. Para ele, não *tenho* um corpo, mas *sou* meu corpo, ou seja, meu corpo não é um objeto no mundo, mas é aquilo pelo qual o mundo existe para mim. Por isso, o corpo não é uma coisa que está no espaço e no tempo, porque ele “*habita* o espaço e o tempo”.



QUEM É?

Maurice Merleau-Ponty (1908-1961), filósofo francês, foi responsável pela introdução da fenomenologia de Edmund Husserl na França, dando-lhe contornos originais. Deve-se a ele a primeira reflexão mais densa sobre o corpo vivido, em oposição à clássica divisão entre sujeito e objeto. Foi por meio da filosofia do corpo que estendeu as discussões para temas como conhecimento, liberdade, linguagem, política, estética, intersubjetividade. Escreveu *Humanismo e terror*, *A estrutura do comportamento*, *Fenomenologia da percepção*, *As aventuras da dialética* e *O visível e o invisível*.



Maurice Merleau-Ponty, década de 1950.

2005 TOPFOTO/KEYSTONE

Merleau-Ponty desfaz a ideia tradicional de que de um lado existe o mundo dos objetos, do corpo, da pura facticidade e, de outro, o mundo da consciência e da subjetividade, da transcendência. O que ele pretende é compreender melhor as relações entre a consciência e a natureza, entre o interior e o exterior. Essas relações são de ambiguidade e sobreposição:

A verdade não “habita” apenas o “homem interior”, ou, antes, não existe homem interior, o homem está no mundo, é no mundo que ele se conhece.⁷

A realidade não aparece da mesma maneira à percepção das pessoas, mas se dá a partir da vivência de cada um; não surge por meio de uma consciência explícita, mas por um modo de existir e de dar sentido ao mundo.

De que modo essas questões se relacionam com a liberdade, entendida como um plano de ação de transformação da realidade vivida? Em *Fenomenologia da percepção*, Merleau-Ponty dá o exemplo de um operário que toma consciência da exploração a que está submetida sua classe e que se engaja na revolução. Essa consciência não brota de um esforço intelectual de conhecimento, nem de uma escolha racional após o exame de um leque de alternativas de ação. Antes disso, o indivíduo viveu as dificuldades de sobrevivência, o medo do desemprego, os sonhos abortados.

Ora, enquanto para alguns essa situação aparece como uma fatalidade a que não teriam meios de se opor, outros reagem diante dos fatos, pelas reivindicações, pelas greves, por eventuais conquistas. Segundo Merleau-Ponty, o operário se engaja quando percebe

concretamente o sincronismo entre sua vida e a vida dos operários e a comunidade de seus destinos. [...] O espaço social começa a se polarizar, vê-se surgir uma região dos explorados. [...] A classe se realiza, e dizemos que uma situação é revolucionária quando a conexão que existe objetivamente entre as partes do proletariado [...] é enfim vivida na percepção de um obstáculo comum à existência de todos.⁸



A liberdade é construída na relação com os que enfrentam os mesmos problemas e desafios. Cena do filme *Germinal* (1993), de Claude Beni, baseado em livro homônimo de Émile Zola que trata das greves de trabalhadores de minas de carvão no século XIX, na França.

⁸ MERLEAU-PONTY, Maurice. *Fenomenologia da percepção*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999. p. 596.

Antes de ter a consciência explícita da situação, “antes de explodir em palavras e de se referir a fins objetivos”, o movimento amadurece na coexistência com os outros. A crítica feita às interpretações tradicionais está, portanto, no fato de que elas desconsideram o projeto existencial. A liberdade só se realiza se formos capazes de assumir nossa situação natural e social.

No final do capítulo, selecionamos um texto complementar que enriquece essas considerações.

► Sartre e o existencialismo

Jean-Paul Sartre (1905-1980) escreveu *O ser e o nada*, sua principal obra filosófica, em 1943. Sofreu forte influência da fenomenologia de Husserl e da filosofia de Heidegger. Seu pensamento é muito conhecido e gerou, inclusive, uma “moda existencialista”, também pelo fato de ter se tornado famoso romancista e teatrólogo. Sua produção intelectual foi marcada pela Segunda Guerra Mundial e pela ocupação nazista da França.

Podemos dizer que há um Sartre de antes da guerra e outro do pós-guerra, tal o impacto que a Resistência Francesa exerceu sobre sua concepção política de engajamento. *Engajamento* significa a necessidade de se voltar para a análise da situação concreta, como responsável pelas mudanças sociais e políticas de seu tempo. Pelo engajamento, a liberdade deixa de ser apenas imaginária porque o indivíduo compromete-se na ação.

++ PARA SABER MAIS

Na peça de teatro *As moscas*, que versa sobre o mito grego de Orestes e Electra, Sartre faz uma alegoria da ocupação alemã em Paris e inaugura, com essa obra, o chamado “teatro de situação”.

O envolvimento com a política do seu tempo também repercutiu na discussão da moral do sujeito concreto. Por isso, para Sartre, não é possível prever o conteúdo da moral, mas apenas indagar se o que fazemos é ou não em nome da liberdade.

A existência precede a essência

Para melhor entendermos a concepção de liberdade sartriana, começemos pela análise de uma frase fundamental do existencialismo: “a existência precede a essência”. Segundo as concepções tradicionais, o ser humano possui uma essência, uma natureza humana universal, do mesmo modo que todas as coisas têm igualmente uma essência. Por exemplo, a essência de

uma mesa é o ser mesmo da mesa, aquilo que faz com que ela seja mesa e não cadeira. Não importa que a mesa seja de madeira, fórmica ou vidro, que seja grande ou pequena, mas que tenha as características que nos permitam usá-la como mesa.



O escritor brasileiro Jorge Amado entre Jean-Paul Sartre e Simone de Beauvoir, em visita à cidade de Araraquara, no interior do estado de São Paulo, em 1960.

Não é essa, no entanto, a posição de Sartre. Para ele, no caso do ser humano, *a existência precede a essência*, ao contrário do que ocorre com as coisas e os animais. O que isso significa? Assim diz Sartre:

... o homem primeiramente existe, se descobre, surge no mundo; e que só depois se define. O homem, tal como o concebe o existencialista, se não é definível, é porque primeiramente não é nada. Só depois será alguma coisa e tal como a si próprio se fizer. Assim, não há natureza humana, visto que não há Deus para a conceber. O homem é, não apenas como ele se concebe, mas como ele quer que seja, como ele se concebe depois da existência, como ele se deseja após este impulso para a existência; o homem não é mais que o que ele faz. Tal é o primeiro princípio do existencialismo.⁹

Qual é a diferença entre o ser humano e as coisas? É que só ele é livre, porque nada mais é do que seu projeto, ou seja, o ser que age tendo em vista o que virá. Portanto, só o ser humano existe (*ex-siste*) porque, sendo consciente, é um “ser-para-si”, já que a consciência é autorreflexiva, pensa

sobre si mesma, é capaz de pôr-se “fora” de si. É a consciência que distingue o ser humano das coisas e dos animais, que são “em-si”, ou seja, não são capazes de se colocar “do lado de fora” para se autoexaminarem.

E ETIMOLOGIA

Projeto. Do latim *projectus*, “lançado para a frente”; o prefixo *pro* indica “diante de”.

Existir. Do latim *exsistere*, que no sentido primitivo é “elevar-se para fora de”.

O que acontece ao indivíduo quando se percebe “para-si”, aberto à possibilidade de construir ele próprio a sua existência? Descubra que não há essência ou modelo para orientar o seu caminho e que o futuro encontra-se disponível e aberto; portanto, está irremediavelmente “condenado a ser livre”. Sartre cita a frase de Dostoiévski em *Os irmãos Karamazov*: “Se Deus não existe, então tudo é permitido”, para lembrar que os valores não são dados nem por Deus nem pela tradição: só ao próprio indivíduo cabe inventá-los.

a) Angústia e má-fé

Eis que, ao experimentar a liberdade, e ao sentir-se como um vazio – a consciência é nada –, o indivíduo vive a angústia da escolha. Muitas pessoas não suportam essa angústia, fogem dela, aninhando-se na *má-fé*. A *má-fé* é a atitude característica de quem finge escolher, sem na verdade escolher, é um “autoengano”. Imagina que seu destino já está traçado; aceita as verdades exteriores, “mente” para si mesmo e simula ser ele próprio o autor dos seus atos, já que aceitou sem críticas os valores dados. Não se trata de uma mentira, pois esta supõe os outros para quem mentimos, enquanto na *má-fé* o indivíduo dissimula para si mesmo, com o objetivo de evitar fazer uma escolha pela qual deva se responsabilizar.

Aquele que recusa a liberdade, torna-se desonesto, desprezível (*salaud*, em francês), pois nesse processo recusa a dimensão do “para-si” e torna-se “em-si”, semelhante às coisas. Perde a transcendência, que lhe daria autenticidade, e reduz-se à facticidade. Sartre chama de *espírito de seriedade* esse comportamento de recusa da liberdade para viver o conformismo e a “respeitabilidade” da ordem estabelecida e da tradição. Esse processo é exemplificado no conto “A infância de um chefe”.

b) Liberdade e responsabilidade

Com base no que foi dito a respeito do existencialismo, poderíamos supor que Sartre defende o

⁹ SARTRE, Jean-Paul. *O existencialismo é um humanismo*. Lisboa: Presença, 1970. p. 216.

individualismo, cada um preocupando-se com a própria liberdade e ação. Contra esse mal-entendido, adverte:

Mas se verdadeiramente a existência precede a essência, o homem é responsável por aquilo que é. Assim, o primeiro esforço do existencialismo é o de pôr todo o homem no domínio do que ele é e de lhe atribuir a total responsabilidade da sua existência. E, quando dizemos que o homem é responsável por si próprio, não queremos dizer que o homem é responsável pela sua restrita individualidade, mas que é responsável por todos os homens. [...] Com efeito, não há dos nossos atos um sequer que, ao criar o homem que desejamos ser, não crie ao mesmo tempo uma imagem do homem como julgamos que deve ser. [...] Se a existência, por outro lado, precede a essência e se quisermos existir, ao mesmo tempo que construímos a nossa imagem, esta imagem é válida para todos e para toda a nossa época. Assim, a nossa responsabilidade é muito maior do que poderíamos supor, porque ela envolve toda a humanidade.¹⁰

Segundo alguns autores, vários problemas decorreram do pensamento sartriano, desencadeados pela consciência capaz de criar valores e, ao mesmo tempo, de se responsabilizar por toda a humanidade, o que parece gerar uma contradição indissolúvel. Sartre colocou-se nos limites da ambiguidade, pois, se, por um lado, a realização humana e da sua liberdade exige o comportamento moral, por outro, a moral é impossível visto que os princípios não podem ser os mesmos para todos os homens. Sartre sempre prometeu escrever um livro sobre moral, mas não realizou seu projeto.

8 Ética e liberdade

No percurso para discutir o conceito de liberdade, começamos com as concepções unilaterais do livre-arbítrio e do determinismo, segundo as quais a liberdade humana é afirmada ou negada de maneira categórica. Para outros filósofos, porém, não são inconciliáveis os polos liberdade-determinismo. Não se deve privilegiar a capacidade intelectual em detrimento de experiências mais amplas nem restringir a liberdade à ação de um indivíduo solitário.

Segundo a discussão contemporânea é impossível a liberdade fora da comunidade humana. As nossas relações não são de contiguidade, mas de intersubjetividade, de engendramento, isto é, não estamos simplesmente uns ao lado dos outros, mas *somos feitos uns pelos outros*, daí não poderemos falar propriamente do ser humano como uma “ilha”.

O caráter social da liberdade contrapõe-se à ideia individualista de liberdade herdada da tradição liberal burguesa, cuja concepção clássica é: “A liberdade de cada um é limitada unicamente pela liberdade dos demais”. No entanto, nem sempre a liberdade de escolha é tão livre quanto se apregoa, sobretudo nas sociedades em que predominam privilégios para poucos, restringindo o campo de ação livre da maioria.

Sabemos que a vida moral só é possível como ação baseada na cooperação, na reciprocidade e no desenvolvimento da responsabilidade e do compromisso. Só assim torna-se viável a efetiva liberdade de cada um. Nesse sentido, o outro não é o limite da nossa liberdade, mas a condição para atingi-la.

STUDIO LIPNITZKI/ROGER-VIOLLET-IMAGEPLUS



A peça de teatro *Entre quatro paredes* – em francês, *Huis-clos*, que significa algo como “sem saída”, representa a morte em vida, quando as pessoas renegam a própria liberdade e se recusam a aceitar a liberdade alheia. A ação transcorre no inferno – ambientado em uma sala pouco mobiliada. Trata-se de uma alegoria em que os “mortos”, um homem e duas mulheres, em desespero, se agridem e acusam um ao outro o tempo todo, situação que foi resumida com a expressão “o inferno são os outros”.

Encenação da peça *Huis-clos*, de Jean-Paul Sartre. Paris, setembro de 1946.

¹⁰ SARTRE, Jean-Paul. *O existencialismo é um humanismo*. 3. ed. Lisboa: Presença, 1970. p. 218-219.

Leitura complementar

A liberdade

“O que é então a liberdade? Nascer é ao mesmo tempo nascer do mundo e nascer no mundo. O mundo está já constituído, mas também não está nunca completamente constituído. Sob o primeiro aspecto, somos solicitados, sob o segundo, somos abertos a uma infinidade de possíveis. Mas esta análise ainda é abstrata, pois existimos sob os dois aspectos *ao mesmo tempo*. Portanto, nunca há determinismo e nunca há escolha absoluta, nunca sou coisa e nunca sou consciência nua. Em particular, mesmo nossas iniciativas, mesmo as situações que escolhemos, uma vez assumidas, nos conduzem como que por benevolência. A generalidade do ‘papel’ e da situação vem em auxílio da decisão e, nesta troca entre a situação e aquele que a assume, é impossível delimitar a ‘parte da situação’ e a ‘parte da liberdade’. Torturam um homem para fazê-lo falar. Se ele se recusa a dar os nomes e os endereços que querem arrancar-lhe, não é por uma decisão solitária e sem apoios; ele ainda se sente com seus camaradas e, engajado ainda na luta comum, está como que incapaz de falar; ou então, há meses ou anos, ele afrontou esta provação em pensamento e apostou toda a sua vida nela; ou enfim, ultrapassando-a, ele quer provar aquilo que sempre pensou e disse da liberdade. Esses motivos não anulam a liberdade, mas pelo menos fazem com que ela não esteja sem escoras no ser. Finalmente, não é uma consciência nua que resiste à dor, mas o prisioneiro com seus camaradas ou com aqueles que ele ama e sob cujo olhar ele vive. [...] E sem dúvida é o indivíduo, em sua prisão, quem revivifica a cada dia esses fantasmas, eles lhe restituem a força que ele lhes deu, mas, reciprocamente, se ele se envolveu nesta ação, se ele ligou a estes camaradas ou aderiu a esta moral, é porque a situação histórica, os camaradas, o mundo ao seu redor lhe parecem esperar dele

aquela conduta. Assim, poderíamos continuar sem fim a análise. Escolhemos nosso mundo e o mundo nos escolhe.

[...] A escolha que fazemos de nossa vida sempre tem lugar sobre a base de um certo dado. Minha liberdade pode desviar minha vida de sua direção espontânea, mas por uma série de deslizamentos, primeiramente esposando-a, e não por alguma criação absoluta. Todas as explicações de minha conduta por meu passado, meu temperamento, meu ambiente são portanto verdadeiras, sob a condição de que os consideremos não como contribuições separáveis, mas como momentos de meu ser total do qual é-me permitido explicar o sentido em diferentes direções, sem que alguma vez se possa dizer se sou eu quem lhes dá seu sentido ou se o recebo deles. Sou uma estrutura psicológica e histórica. Com a existência recebi uma maneira de existir, um estilo. Todos os meus pensamentos e minhas ações estão em relação com esta estrutura, e mesmo o pensamento de um filósofo não é senão uma maneira de explicitar seu poder sobre o mundo, aquilo que ele é. E todavia, sou livre, não a despeito ou aquém dessas motivações, mas por seu meio. Pois esta vida significativa, esta certa significação da natureza e da história que sou eu, não limita meu acesso ao mundo, ao contrário ela é meu meio de comunicar-me com ele. É sendo sem restrições nem reservas aquilo que sou presentemente que tenho oportunidade de progredir, é vivendo meu tempo que posso compreender os outros tempos, é me entranhando no presente e no mundo, assumindo resolutamente aquilo que sou por acaso, querendo aquilo que quero, fazendo aquilo que faço que posso ir além. Só posso deixar a liberdade escapar se procuro ultrapassar minha situação natural e social recusando-me em primeiro lugar assumi-la, em vez de, através dela, encontrar o mundo natural e humano.”

MERLEAU-PONTY, Maurice. *Fenomenologia da percepção*. São Paulo: Martins Fontes, 1999. p. 608-611.

Questões

Explique com suas palavras o que Merleau-Ponty quer dizer com as seguintes frases.

- “Nascer é ao mesmo tempo nascer *do* mundo e nascer *no* mundo.”
- “Nunca há determinismo e nunca há escolha absoluta, nunca sou coisa e nunca sou consciência nua.”
- “Sou livre, não a despeito ou aquém dessas motivações, mas por seu meio.”

Atividades

Revendo o capítulo

- 1 Faça o fichamento das concepções de liberdade incondicional e livre-arbítrio.
- 2 Faça o fichamento sobre a concepção de determinismo.
- 3 Explique por que, segundo Espinosa, determinismo e liberdade não são conceitos que se excluem.
- 4 Explique o que significa facticidade e transcendência e por que, segundo a fenomenologia, são polos indissociáveis.

Aplicando os conceitos

- 5 “Ao contrário de outros seres, animados ou inanimados, nós homens podemos *inventar* e *escolher*, em parte, nossa forma de vida. Podemos optar pelo que nos parece bom, ou seja, conveniente para nós, em oposição ao que nos parece mau e inconveniente. Como podemos inventar e escolher, podemos nos *enganar*, o que não acontece com os castores, as abelhas e as térmitas [cupins]. De modo que parece prudente atentarmos bem para o que fazemos, procurando adquirir um certo saber-viver que nos permita acertar. Esse saber-viver, ou *arte de viver*, se você preferir, é o que se chama de *ética*.” (Fernando Savater. *Ética para meu filho*. São Paulo: Martins Fontes, 1993. p. 31.)

A partir da citação do autor, atenda às questões.

- a) O autor diz que “podemos *inventar* e *escolher*, em parte, nossa forma de vida”. Por que afirma que isso se dá *em parte*?
 - b) Explique por que a ética é a dimensão que separa a ação humana da animal.
 - c) Por que a escolha livre supõe responsabilidade ética?
- 6 “A felicidade não é o prêmio da virtude, mas a própria virtude; e não gozamos dela por refrearmos as paixões, mas ao contrário, gozamos dela por podermos refrear as paixões.” (Espinosa. *Ética*, Livro V, Proposição XLII. São Paulo: Abril Cultural, 1973. p. 306. Coleção Os Pensadores).
Por que, para Espinosa, a felicidade não é o prêmio da virtude, mas a própria virtude?
 - 7 Explique por que a frase “o homem define-se pelo seu projeto” indica que Sartre opõe-se às teorias deterministas.
 - 8 “O paternalismo, que reclama a mulher no lar, define-a como sentimento, interioridade e imanência;

na realidade, todo existente é, ao mesmo tempo, imanência e transcendência; quando não lhe propõem um objetivo, quando o impedem de atingir algum, quando o frustram em sua vitória, sua transcendência cai inutilmente no passado, isto é, recai na imanência; é o destino da mulher no patriarcado. [...] Mantida à margem do mundo, a mulher não pode definir-se objetivamente através desse mundo e seu mistério cobre apenas um vazio.” (Simone de Beauvoir. *O segundo sexo*. v. I. Fatos e mitos. 2. ed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1961. p. 301 e 304.)

Nesse trecho, Simone de Beauvoir critica a dominação masculina (patriarcado) na sua obra pioneira, publicada em 1949 e que significou um marco na luta pela humanização da mulher.

- a) Justifique a afirmação de que a mulher em certas circunstâncias não atinge a transcendência.
- b) Em que medida *permanecer na imanência* significa não ter possibilidade de vida moral adulta?
- c) O que é preciso para que a mulher saia da imanência?
- d) A descrição feita ainda é válida para a mulher de hoje?

Dissertação

- 9 A partir do conceito de liberdade, interprete o ditado talmúdico: “Se eu não for por mim mesmo, quem será por mim? Se eu for apenas por mim, que serei eu? Se não agora – quando?” (Mishnah, Abot).

Caiu no vestibular

- 10 (UFU-MG) Escolha a alternativa correta.
Segundo Sartre, “a existência precede a essência”. Isso pode ser interpretado como:
 - a) O homem se define pelo caminho que vai trilhando em sua existência e não pelo significado do conceito de homem.
 - b) A existência humana depende do plano que Deus determina a cada criatura.
 - c) O materialismo define a vida e o espírito não existe.
 - d) O entendimento que se tem de “natureza humana” é o que vai direcionar a existência humana.
 - e) A liberdade não participa do contexto da existência do homem.

Talmud. Obra do judaísmo que reúne comentários sobre a lei mosaica (de Moisés).

Mishnah, Abot. Coletânea de textos judaicos, que inclui o Talmud.



Manifestantes protestam em Colônia contra a construção de uma mesquita por iniciativa da comunidade turca radicada na cidade. Alemanha, 2007.

Na Alemanha, em 2007, manifestantes do grupo Pró-Köln (Pró-Colônia) marcharam em protesto contra a construção de uma mesquita muçulmana na cidade. No ano seguinte, diferentemente, alemães não muçulmanos não só não demonstraram hostilidade, como participaram da inauguração da maior mesquita construída naquele país na cidade de Duisburg.

Sabemos, pelo noticiário, como têm recrudescido nos últimos tempos movimentos neonazistas contra imigrantes em toda a Europa, sejam turcos, árabes, africanos, asiáticos e latinos em geral. Isso se chama *xenofobia*. Com a crise financeira mundial iniciada em 2008, a atuação contra imigrantes cresceu em virtude do desemprego estrutural que ela agravou.

Eis aí um tema para a reflexão moral e ética nos dias de hoje. Posicione-se a respeito.

1 A diversidade das teorias

Por que estudar as diferentes teorias éticas? Talvez você se pergunte por que interessa saber o que um grego de 2.500 anos atrás pensou sobre a felicidade, se hoje o mundo é outro, muito diferente do que era naquele tempo.

Ao estudá-las, porém, percebemos que a discussão ética é muito mais complexa do que, por exemplo, trocar ideias em um bate-papo com os amigos; e que as nossas argumentações seriam mais sólidas e rigorosas se fossem enriquecidas com o que os pensadores vêm discutindo há mais tempo. Não para segui-los cegamente, mas para aproveitar o que a experiência deles nos oferece e podermos pensar por nós mesmos. Além disso, percebemos que não existe propriamente “a ética”, mas “éticas”, e os filósofos que vieram depois dos gregos da era clássica aproveitaram-se daquelas reflexões, alterando-as conforme a época em que viveram.

2 A reflexão ética grega

No século V a.C., no período clássico da filosofia grega, os filósofos ampliaram as áreas de reflexão, abrangendo as questões morais. No entanto, na Antiguidade, o sujeito moral não podia ser compreendido na sua completa individualidade, como hoje. Os gregos eram antes de tudo *cidadãos*, membros de uma comunidade, e a ética ligava-se intrinsecamente à política.

Dizendo de outra maneira, era no campo da política que os gregos exerciam a liberdade, já que se tratava do espaço dos “iguais”. Enquanto isso, na vida da família prevalecia a desigualdade, porque as mulheres e os escravos submetiam-se ao poder do chefe. A sua inferioridade devia-se ao destino que lhes cabia, de manter a subsistência da vida em atividades relacionadas com o corpo: o escravo pelo trabalho manual e a mulher pela procriação.

Assim diz a filósofa Hannah Arendt:

O ser político, o viver numa pólis, significava que tudo era decidido mediante palavras e persuasão, e não através de força e violência. Para os gregos, forçar alguém mediante violência, ordenar ao invés de persuadir, eram modos pré-políticos de lidar com as pessoas, típicos da vida fora da pólis, característicos do lar e da vida em família, na qual o chefe da casa imperava com poderes incontestes e despóticos.¹

¹ ARENDT, Hannah. *A condição humana*. São Paulo: Forense Universitária, 1999. p. 35-36.

Essa visão hierarquizada vinha desde os tempos homéricos em que aos “melhores” (*aristói*, em grego) cabia decidir os destinos da cidade. Das muitas mudanças ocorridas na era clássica, destaca-se que os valores da aristocracia guerreira foram substituídos pelos da cidadania. Nesse caso, a excelência é a filia (*philia*), cuja tradução literal é “amizade”, “amor” e tem o sentido amplo de “reciprocidade entre os iguais”. Ou seja, a *philia* é a base da vida pública, das relações na comunidade.

PARA SABER MAIS

Como antepositivo, *philia* reaparece em várias palavras. Filosofia: “amor à sabedoria”; filantropia (*antropos*, “homem”): “amor à humanidade”. E como pospositivo: cinéfilo: “que ama cinema”; italianófilo: “que gosta da Itália e dos italianos”.

Outro aspecto marcante da filosofia antiga é o viés metafísico, segundo o qual a compreensão do mundo baseia-se na noção de *ser*, ou seja, na busca de um sentido que nos conduza à essência do ser. Por exemplo: O que é o ser da virtude? O que é a verdade? O que é o bem? Daí a importância que, desde Sócrates, deu-se à definição do conceito.

► Platão: ética e sabedoria

Inúmeros são os diálogos em que Platão (427-345 a.C.) descreve as discussões de Sócrates a respeito das virtudes e da natureza do bem. Neles, ressalta a convicção de que a virtude identifica-se com a sabedoria e o vício com a ignorância: portanto, a virtude pode ser aprendida. Na célebre passagem de *A República* em que Platão descreve a *alegoria da caverna*, reaparece essa ideia: o sábio é o único capaz de se soltar das amarras que o obrigavam a ver apenas sombras e, ao dirigir-se para fora, poder contemplar o sol, que representa a *ideia do Bem*.

Portanto, “alcançar o bem” relaciona-se com a capacidade de “compreender bem”. A partir dessa concepção, na cidade que imagina em sua obra, a Calópolis (cidade bela), Platão distingue uma sociedade dividida em três classes sociais: os governantes, os soldados (guardiães) e os produtores (camponeses, artesãos, comerciantes). Em cada uma das classes, prevalece um aspecto da alma: o racional para os governantes, a alma irascível para os guardas e a alma concupiscível para os produtores.



PARA SABER MAIS

Já vimos a divisão da cidade platônica com mais detalhes no capítulo 7, “Em busca da felicidade”, e voltaremos a ela no 23, “A política normativa”.

Como só o filósofo atinge o nível mais alto de sabedoria, cabe a ele exercer a virtude maior da justiça e portanto a função de governar. Outras virtudes menores, mas também importantes para a cidade, destinam-se aos soldados defensores da pólis (a coragem) e aos trabalhadores comuns, artesãos e comerciantes (a temperança, ou moderação).

A cidade perfeita é a aquela em que predominam em cada classe as virtudes citadas e a justiça consiste na harmonia entre as três virtudes.

► Aristóteles: o justo meio

Discípulo de Platão, Aristóteles (384-322 a.C.) aprofundou a discussão a respeito das questões éticas. Na obra *Ética a Nicômaco*, procura o que representa o fim último de todas as atividades humanas, uma vez que tudo o que fazemos visa a alcançar um bem — ou o que nos parece ser um bem. Examinando todos os bens desejáveis, tais como os prazeres, a riqueza, a honra, a fama, observa que eles visam sempre a outra coisa e não são fruídos por si mesmos. Pergunta-se então pelo sumo bem, aquele que em si mesmo é um fim, e não um meio para o que quer que seja. E o encontra no conceito de “boa vida”, de “vida feliz” (em grego, *eudaimonia*). Por isso a filosofia moral de Aristóteles é uma eudemonia.

A felicidade

Portanto, prazeres, riqueza, honra, fama não são condições necessárias para nos conduzirem à felicidade, porque só nos tornarão felizes as ações mais próximas daquilo que é essencialmente peculiar ao ser humano. E o que mais o caracteriza é a *atividade da alma que segue um princípio racional*: ou seja, o exercício da inteligência teórica, da contemplação.

É certo que, tal como Platão, Aristóteles reservava ao filósofo o exercício mais complexo da racionalidade, mas reconhece que também as pessoas comuns aspiram pelo saber e se deleitam com ele, satisfeitas quando esclarecem dúvidas ou compreendem melhor algo que antes lhes parecia confuso.

A virtude

A vida humana, porém, não se resume ao intelecto, e encontra sua expressão na ação, em uma atividade bem realizada; o objetivo é, portanto, combinar um certo modo de vida com um princípio racional. Por exemplo, “a função de um tocador de lira é tocar lira, e a de um bom tocador de lira é fazê-lo bem”.² Ou seja, o bem é a atividade exercida de acordo com a sua excelência ou virtude.

DIETER KLARDPACORBIS-LATINSTOCK



Jimmy Hendrix em concerto nas Ilhas Fehmarn, Alemanha (1970). Um guitarrista que conhece bem seu instrumento e tem talento, se for um excelente intérprete, é chamado de virtuose.

Metafísica. Já vimos esse conceito no capítulo 3, “O nascimento da filosofia”. Consulte também o Vocabulário, no final do livro.

Irascível. Para Platão, a alma irascível é impulsiva, sede da coragem, localizada no peito.

Concupiscível. A alma concupiscível é a sede do desejo intenso de bens ou gozos materiais, inclusive o apetite sexual; localiza-se no ventre.

Contemplação. O termo grego para contemplação é *theoria*, que inicialmente significava “ver”, “observar”, e passou a significar “ver com o espírito”, “pensar”, “conhecer”, “contemplar”.

² ARISTÓTELES. *Ética a Nicômaco*. Livro I, cap. 7, 1098 a 10. São Paulo: Abril Cultural, 1973. p. 256. (Coleção Os Pensadores).

Virtude é a permanente disposição de caráter para querer o bem, o que supõe a coragem de assumir os valores escolhidos e enfrentar os obstáculos que dificultam a ação.

E ETIMOLOGIA

Virtude. Do latim *vir* “homem”, “varão”; daí *virtus*, “poder”, “potência” (ou possibilidade de passar ao ato).

Em todos os sentidos dados pela etimologia de virtude, persiste a ideia de força, de capacidade. Em moral, a virtude é a força com a qual nos aplicamos ao dever e o realizamos.

A vida moral não se resume a um só ato moral, mas é a repetição do agir moral. Em outras palavras, o agir virtuoso não é ocasional e fortuito, mas um hábito, fundado no desejo e na capacidade de perseverar no bem, assim como a felicidade supõe a vida toda e não se reduz a um só momento. A esse respeito, diz Aristóteles:

Uma andorinha não faz verão, nem um dia tampouco; e da mesma forma um dia, ou um breve espaço de tempo, não faz um homem feliz e venturoso.³

Portanto, assim como o intelecto se desenvolve pelo exercício da aprendizagem, também a virtude resulta da prática, do hábito.

O justo meio

A moral não é uma ciência exata e enfrenta a dificuldade de lidar com os elementos irracionais da alma, como os afetos fortes das paixões humanas, a fim de submetê-los à ordem da razão. Por isso, Aristóteles desenvolve a teoria da mediania, pela qual toda virtude é boa quando é controlada no seu excesso e na sua falta. Em outras palavras, agir virtuosamente é encontrar o justo meio entre dois extremos, que são chamados vícios. Veja alguns exemplos:

- a virtude da coragem pode tornar-se excessiva quando é temeridade (audácia excessiva) e deficiente na covardia;
- “gastar dinheiro” pode significar a virtude da generosidade, da prodigalidade, enquanto seus extremos são a dissipação ou a avareza;
- a virtude da temperança é o meio termo entre voluptuosidade e insensibilidade.

- no trato com os outros, a virtude é a afabilidade, enquanto seus extremos são a subserviência e a grosseria.



Nesta cena, dois colegas de trabalho demonstram contrariedade, mas a mulher está muito irada, dedo em riste. Teria passado do justo meio? Segundo Aristóteles, no trato com as pessoas, o ideal é manter o meio-termo da cordialidade, cujos extremos são a irascibilidade ou a indiferença. Mas “às vezes devemos nos inclinar para o excesso e outras vezes para a deficiência”.

Aristóteles adverte, porém, que não é fácil determinar o justo meio, nem quais são os extremos. Pode ser que uma pessoa que age de modo temerário classifique o corajoso (que seria prudente) como um covarde. Ou a irascibilidade (ira, irritação) não configure um excesso em determinadas ocasiões que não permitem a apatia. E afirma:

Tais coisas dependem de circunstâncias particulares, e quem decide é a percepção. Fica bem claro, pois, que em todas as coisas o meio-termo é digno de ser louvado, mas que às vezes devemos inclinar-nos para o excesso e outras vezes para a deficiência. Efetivamente, essa é maneira mais fácil de atingir o meio-termo e o que é certo.⁴

PARA REFLETIR

Com um colega, a partir da citação de Aristóteles, dê outros exemplos de avaliação de comportamentos em que, dependendo das circunstâncias, o justo meio deveria inclinar-se para o excesso ou a falta. Por exemplo, nos casos de vaidade, vergonha, confiança, gentileza, respeito próprio.

³ ARISTÓTELES. *Ética a Nicômaco*. Livro I, cap. 7, 1098a 15. São Paulo: Abril Cultural, 1973. p. 256. (Coleção Os Pensadores).

⁴ Idem. Livro II, cap. 9, 1109b 25. São Paulo: Abril Cultural, 1973. p. 278. (Coleção Os Pensadores).

Justiça e amizade

Segundo Aristóteles, o indivíduo bom é generoso, isto é, não pensa apenas em si, mas orienta-se para atender às dificuldades e às necessidades dos outros. Nesse sentido, a justiça refere-se às relações entre as pessoas (virtude individual, usada para consigo mesmo e para com os outros) e entre os indivíduos e o governo (virtude social), estabelecidas em leis. Portanto, a justiça pode ser uma virtude moral ou política.

Ao se referir à justiça, Aristóteles recorre aos termos de proporção e igualdade. Tratar as pessoas com justiça consiste em distribuir os bens em sua devida proporção, o que nos faz lembrar da teoria do justo meio: não se deve dar às pessoas nem demasiado nem de menos. Ou seja, deve haver uma justa proporção entre o bem atribuído (ou prêmio) e o mérito demonstrado.

Além de que a justiça deve ser distributiva, ao levar em conta a diferença entre as pessoas. Por exemplo, ao servir seus filhos durante a refeição, a mãe oferece quantidades diferentes para cada um, de acordo com a idade, o apetite e as condições de saúde. Até o tipo de alimento varia, quando se trata, por exemplo, de um bebê ou de um adolescente.

Por fim, Aristóteles considera a amizade como o coroamento da vida virtuosa, possível apenas entre os prudentes e justos, já que a amizade supõe a justiça, a generosidade, a benevolência, a reciprocidade dos sentimentos. Amar a si e aos amigos de maneira generosa e desinteressada “é o que há de mais necessário para viver”.

▶ A ética helenista

No período helenista (sécs. III e II a.C.), a Grécia passou por turbulências políticas, decorrentes da conquista macedônica levada a efeito por Alexandre Magno. Assim, o interesse que se centralizava na pólis aos poucos se desviou predominantemente para questões morais, destacando-se duas doutrinas: o *hedonismo* e o *estoicismo*.

Hedonismo

Para os hedonistas, o bem encontra-se no prazer. Segundo o senso comum, costuma-se dizer que a civilização contemporânea é hedonista, por identificar a felicidade à satisfação imediata dos prazeres, sobretudo pelo consumismo: ter uma bela casa, um carro possante, muitas roupas, boa comida, múltiplas experiências sexuais; e também pela incapacidade de tolerar qualquer desconforto, seja uma simples dor de cabeça, seja o enfrentamento de doenças e da morte.

ETIMOLOGIA

Hedonismo. Do grego *hedoné*, “prazer”.

No entanto, não é esse o sentido do hedonismo grego, que surgiu com Epicuro de Samos (341-270 a.C.). Segundo a ética epicurista, os prazeres do corpo são causas de ansiedade e sofrimento, por isso, para que a alma permaneça imperturbável, é preciso aprender a gozar os prazeres com moderação e a desprezar os prazeres materiais, o que leva Epicuro a privilegiar os prazeres espirituais, sobretudo os que dizem respeito à amizade.

Assim diz Epicuro:

O prazer é o início e o fim de uma vida feliz. Com efeito, nós o identificamos com o bem primeiro e inerente ao ser humano, em razão dele praticamos toda escolha e toda recusa, e a ele chegamos escolhendo todo bem de acordo com a distinção entre prazer e dor.

Embora o prazer seja nosso bem primeiro e inato, nem por isso escolhemos qualquer prazer: há ocasiões em que evitamos muitos prazeres, quando deles nos advêm efeitos o mais das vezes desagradáveis; ao passo que consideramos muitos sofrimentos preferíveis aos prazeres, se um prazer maior advier depois de suportarmos essas dores por muito tempo.⁵



O jardim dos filósofos. Antal Strohmayr, 1834. Os epicuristas eram conhecidos como os “filósofos do jardim”, local em Atenas onde celebravam a amizade, aprendendo a cuidar da vida como um belo jardim.

⁵ EPICURO. *Carta sobre a felicidade (a Meneceu)*. São Paulo: Editora Unesp, 2002. p. 37-38.



JOHN HARPER/CORBIS-LATINSTOCK

Coluna grega (*stoá*). Atenas (Grécia), construída entre 159 e 138 a.C. Chamava-se *stoá* o pórtico de prédios gregos que formavam uma galeria com colunas. Em um desses, Zeno de Cítio reunia-se com seus discípulos, conhecidos como estoicos (*stoikós*), isto é, os filósofos do Pórtico.



PARA REFLETIR

Dê exemplos de como hoje em dia as aspirações de muitas pessoas têm uma base hedonista. E em que sentido se afastam das conclusões a que chegou Epicuro?

Estoicismo

Na mesma época, Zeno de Cítio (336-264 a.C.) criou a ética estoica, que se contrapunha ao epicurismo no sentido de desprezar os prazeres em geral, por considerá-los fonte de muitos males. As paixões devem ser eliminadas porque só provocam sofrimento, e por isso a virtude do sábio, que vive de acordo com a natureza e a razão, consiste em aceitar com impassibilidade o destino e a dor.

Havia na ética estoica a crença no fatalismo, por isso propunha a aceitação da necessidade decorrente da ordem do Universo. Como nada pode ser feito contra essas forças externas, a felicidade consiste na liberdade interior de exercitar a insensibilidade diante da dor e do sofrimento. Como é próprio da natureza humana viver racionalmente, cabe à razão substituir o instinto pela vontade, a fim de alcançar a harmonia de vida e, portanto, a sabedoria.

Para concluir esse tópico sobre a moral grega, vale observar o que há de comum no pensamento dos filósofos do período clássico e do helenismo: a concepção de que a virtude resulta do trabalho reflexivo, da sabedoria e do controle racional dos desejos e paixões.

3 As concepções éticas medievais

Na Idade Média, após a queda do Império Romano, que se esfacelou em inúmeros reinos bárbaros, a Igreja Católica surgiu como um elemento agregador das diferenças, ao difundir a mesma fé cristã. O clero era o único detentor da educação e, portanto, guardião da tradição greco-romana, que foi adaptada aos ideais religiosos, segundo os quais o sobrenatural tem primazia sobre o humano. Logo, toda ação orienta-se para a contemplação de Deus e a conquista da vida eterna.

A visão teocêntrica do mundo fez os valores religiosos impregnarem as concepções éticas, de modo que os critérios do bem e do mal vinculavam-se à fé e dependiam da esperança de vida após a morte. De acordo com essa perspectiva, os valores são transcendentais porque resultam de doação divina, o que determina a identificação do sujeito moral ao ser temente a Deus.

As teorias estoicas foram bem-aceitas pelo cristianismo ainda na época do Império Romano, fecundando as ideias ascéticas do período medieval. O controle das paixões tinha em vista a vida futura, quando realmente os seres humanos poderiam ser felizes.

MASSIMO LUSTRI/CORBIS-LATINSTOCK - MUSEU NACIONAL DE ARTE ANTIGA, LISBOA, PORTUGAL



A tentação de Santo Antão, 1500. Nessa tela, com a exaltada imaginação que lhe era peculiar, Hieronymus Bosch (séc. XVI) retrata Santo Antão em sua ascese.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

4 O pensamento moderno

Na Idade Moderna, o pensamento humano passou por mudanças cruciais. O teocentrismo medieval foi substituído por um crescente antropocentrismo: em lugar da fé, a reflexão filosófica seculariza-se, ou seja, volta-se para buscar o seu fundamento racional.

As alterações sociais e econômicas delinearão uma nova era de ascensão da burguesia, com o florescimento do comércio e do capitalismo. A revolução científica produziu outra realidade, em que se descobriu o poder do conhecimento humano, capaz de transformar o ambiente, ou como se dizia então, de “dominar a natureza” e tornar-se “senhor” dela.

► Hume: os sentimentos morais

O filósofo escocês David Hume (1711-1776) participou da polêmica sobre a origem do conhecimento com a obra *Investigações sobre o entendimento humano*. Ao contrário do racionalismo cartesiano, abraçou um empirismo radical, o que o levou a assumir uma postura declaradamente cética. Criticou a tradição e destacou-se por ter provocado em Kant a reflexão sobre os limites do nosso conhecimento.

Além da posição inovadora quanto ao conhecimento, Hume também diverge das concepções tradicionais em sua obra mais importante, *Tratado da natureza humana*, na qual desenvolve uma *moral do sentimento*. Para ele, são as paixões que determinam a vontade, e não a razão. Isso significa que os atos morais dizem respeito aos sentimentos de aprovação ou desaprovação de nossos atos e às sensações de agrado e prazer ou de dor e remorso que deles resultam. Ou seja, enquanto a razão se ocupa com o que é verdadeiro ou falso, isto é, fazendo juízos de realidade, os atos morais requerem juízos de valor, que nos ajudam a identificar nossas ações como boas ou más, como virtude ou vício.

5 A moral iluminista

O movimento intelectual do século XVIII conhecido como *Iluminismo*, *Ilustração* ou *Aufklärung* e que caracteriza o chamado *Século das Luzes* exaltava a capacidade humana de conhecer e agir pela “luz da razão”. Critica a religião, que submete o indivíduo à heteronomia, que o subjugava a preconceitos e o conduz ao fanatismo. Rejeita toda tutela baseada no princípio de autoridade. Em contraposição, defende o ideal de tolerância e de autonomia.

► Kant: o formalismo moral

A máxima expressão do pensamento iluminista encontra-se em Immanuel Kant (1724-1804), que, além da *Crítica da razão pura*, escreveu a *Crítica da razão prática* e a *Fundamentação da metafísica dos costumes*, nas quais apresenta sua teoria moral.

++ PARA SABER MAIS

Tratamos da *Crítica da razão pura* no capítulo 15, “A crítica à metafísica”.

Enquanto na *Crítica da razão pura* indaga sobre “o que podemos conhecer”, na *Crítica da razão prática* trata das possibilidades do ato moral ao perguntar sobre “o que podemos fazer”. Ora, enquanto tudo na natureza age segundo leis, apenas o ser humano age segundo princípios, o que exige dele a capacidade de escolha: portanto, só ele tem uma vontade. E como para agir racionalmente precisa de princípios, a vontade é a *razão prática*, o instrumento para compreender o mundo dos costumes e orientar o indivíduo na sua ação.

O imperativo

Analisando os princípios da consciência moral, Kant usa o conceito de *imperativo*, que pode ser:

- segundo um tempo verbal, uma ordem: “Faça!”, “Retire-se!”;
- na linguagem comum, o que se impõe como um dever: “Respeitar as pessoas é um imperativo para mim.”;
- para Kant, o imperativo é um mandamento da razão que serve para orientar a ação e se exprime pelo verbo *dever*. Distingue então dois tipos de imperativos:
 - o *imperativo hipotético* ordena uma *ação como meio* de alcançar qualquer outra coisa que se queira; ou seja, a ação é boa porque me possibilita alcançar outra coisa além dela (por exemplo, um objeto, o prazer, o interesse, a felicidade).
 - o *imperativo categórico* é o que visa a uma ação como necessária por si mesma, ou seja, *a ação é boa em si*, e não por ter como objetivo outra coisa; portanto, é assim chamado por ser incondicionado, absoluto, voltado para a realização da ação tendo em vista o dever.

Ascetismo. Prática da *ascese*, que consiste no exercício de uma vida austera, pelo controle das paixões, visando à perfeição moral e, em alguns casos, religiosa.

Ao distinguir os *imperativos hipotéticos* dos *imperativos categóricos*, Kant conclui que a vontade humana é verdadeiramente moral apenas quando regida por estes últimos. Nesse sentido, rejeita as concepções éticas que predominavam até então, quer seja da filosofia grega, quer seja da cristã, que norteiam a ação moral a partir de condicionantes como a felicidade, o prazer ou o interesse. Para o sujeito racional a ação não deve ser movida por interesses com o objetivo de ser feliz ou evitar a dor, ou ainda para alcançar o céu ou não sofrer a punição divina.

Pelo imperativo categórico, o agir do ponto de vista moral funda-se exclusivamente na razão. Mais ainda, a lei moral que a razão descobre é universal, pois não se trata de descoberta subjetiva. Ela é necessária, pois toma por base a pessoa como ser racional e preserva a dignidade humana. Nas palavras do próprio Kant:

Age apenas segundo uma máxima tal que possas ao mesmo tempo querer que ela se torne lei universal.⁶

Exemplificando, suponhamos a norma moral “não roubar”:

- para a concepção judaico-cristã, o fundamento da norma encontra-se no sétimo mandamento de Deus: “Não furtarás”.
- para os teóricos jusnaturalistas, funda-se no direito natural, comum a todos os seres humanos;
- para os empiristas (como Locke e Condillac), a norma deriva do interesse próprio, pois o sujeito que a desobedece será submetido ao desprazer, à censura pública ou à prisão;
- para Kant, a norma enraíza-se na própria natureza da razão. Caso se aceite o roubo e conseqüentemente o enriquecimento ilícito, de modo a elevar-se essa máxima (pessoal) ao nível universal, haverá uma contradição: se todos podem roubar, não há como manter a posse do que foi furtado.

Autonomia e dignidade

A autonomia da razão para legislar supõe a liberdade e o dever. Todo imperativo impõe-se como dever, mas essa exigência não é heterônoma — exterior e cega — e sim livremente assumida pelo sujeito

que se autodetermina. É essa a diferença que Kant percebe entre a sua ética e as anteriormente propostas, porque para ele o indivíduo só está sujeito à *sua própria legislação*, ainda que ele admita que essa lei por ele erigida deve ser *universal*.

A ideia de autonomia e de universalidade da lei moral leva a um outro conceito: o da dignidade humana, e, portanto, do ser humano como fim e não como meio para o que quer que seja.

JONNE RORIZIAE



Fiscais do Ministério Público do Trabalho, em operação de combate ao trabalho escravo em áreas de corte de cana no interior paulista, vistoriam alojamento onde os trabalhadores vivem em condições precárias. Município de Nhandeara (SP), 2007.

Muitos trabalhadores são aliciados com promessas de bom emprego, boa remuneração e a possibilidade de breve retorno com economias garantidas. Levados para municípios ou estados distantes dos seus, são endividados propositadamente, de modo a ficarem vinculados ao empregador, que detém seus documentos. Vivem em condições precárias e sofrem todo tipo de intimidação; transferidos de um lugar a outro constantemente, acabam perdendo a noção de onde se encontram. Como podemos comentar a situação de trabalho escravo usando os argumentos de Kant?

⁶ KANT, Immanuel. *Fundamentação da metafísica dos costumes*. São Paulo: Abril Cultural, 1980. p. 129. (Coleção Os Pensadores).

Para tanto, Kant distingue as coisas que têm preço e as que têm dignidade. As que têm preço podem ser trocadas por um valor equivalente, mas as que têm dignidade valem por si mesmas e estão acima de qualquer preço. Isso significa que a moralidade por excelência é a que respeita qualquer ser humano como fim em si mesmo e não meio para o que quer que seja. Portanto, apenas os seres humanos — e qualquer um deles — têm dignidade.

Assim diz Kant:

Age de tal maneira que uses a humanidade, tanto na tua pessoa como na pessoa de qualquer outro, sempre e simultaneamente como fim e nunca simplesmente como meio.⁷

Ao acentuar o caráter pessoal da liberdade, Kant elabora as categorias da moral iluminista racional e laica. No entanto, a moral kantiana é formalista porque fundada na razão universal, abstrata, o que mereceu a crítica dos filósofos posteriores. A partir do final do século XIX e ao longo do século XX, os filósofos orientam-se no sentido de descobrir o sujeito concreto da ação moral. É o que veremos na sequência.

6 O utilitarismo ético

O utilitarismo ético nasceu na Inglaterra do século XIX, onde florescia o capitalismo industrial, que prometia, pelo avanço da tecnologia, a era do conforto e do bem-estar — mesmo que, de fato, as discrepâncias entre riqueza e pobreza estivessem longe de ser superadas. Talvez justamente devido a esse desnível, a intenção dos utilitaristas era estender a todos aqueles benefícios, o que se percebe pelo avanço da discussão a respeito da reforma social, entre os liberais, e da revolução, entre os socialistas.

O criador do utilitarismo foi Jeremy Bentham (1748-1832), já influenciado por outros pensadores. Segundo o “princípio de utilidade”, tomado como critério para avaliar o ato moral, o bem é o que possibilita a felicidade e reduz a dor e o sofrimento. Além disso, porém, deve beneficiar o maior número de pessoas.

O termo “utilitarismo” foi usado pela primeira vez por John Stuart Mill (1806-1873), o divulgador mais famoso dessa concepção. Pode-se dizer que se

trata da forma atualizada do hedonismo grego, na medida em que destaca a busca do prazer, só que com ênfase no caráter social.

Coerente com seus propósitos, Stuart Mill criticava o egoísmo que prevalecia no liberalismo clássico e preconizava um liberalismo com aspirações democráticas. Casado com Harriet Taylor, feminista e socialista, participou da fundação da primeira sociedade defensora do direito de voto para as mulheres.

Assim diz Stuart Mill:

O credo que aceita como fundamento da moral o Útil ou Princípio da Máxima Felicidade considera que uma ação é correta na medida em que tende a promover a felicidade, e errada quando tende a gerar o oposto da felicidade. Por felicidade entende-se o prazer e a ausência da dor; por infelicidade, dor, ou privação do prazer. Para proporcionar uma visão mais clara do padrão moral estabelecido por essa teoria, é preciso dizer muito mais; em particular, o que as ideias de dor e prazer incluem e até que ponto essa questão fica em aberto.⁸



Stuart Mill abrindo passagem para as sufragistas, charge de 1867.

Stuart Mill oferece explicações para superar o que chamou de questões “em aberto”, mas mesmo assim o utilitarismo, embora tenha sido muito aceito no século XIX, suscitou inúmeras controvérsias, sobretudo diante do critério para decidir quais são os prazeres superiores, quais devem ser desprezados e como conciliar o interesse pessoal e o coletivo.

⁷ KANT, Immanuel. *Fundamentação da metafísica dos costumes*. São Paulo: Abril Cultural, 1980. p. 135. (Coleção Os Pensadores).

⁸ STUART MILL, John. *O utilitarismo*. São Paulo: Iluminuras, 2000. Em: MARCONDES, Danilo. *Textos básicos de ética*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007. p. 129.

7 As ilusões da consciência

No século XVII, de maneiras diferentes, Hume e Espinosa já haviam levantado críticas à tradição que valorizava a consciência como capaz de dominar as paixões. Na mesma linha, no século XIX e começo do XX, tornaram-se clássicas as rupturas empreendidas por aqueles que foram chamados “mestres da suspeita”: Marx, Nietzsche e Freud.

Essa denominação foi dada por Paul Ricoeur, que reconheceu nas teorias dos três pensadores o esfacelamento da crença de que possamos conhecer a realidade tal como é ou de agir apenas a partir de pressupostos racionais sobre os quais teríamos clareza. Mais ainda, que seria preciso abandonar as discussões puramente abstratas sobre a moral e voltar-se para o indivíduo concreto.

Como Marx e Freud são analisados em outros capítulos, vamos nos estender na análise do pensamento de Nietzsche.

++ PARA SABER MAIS

Consulte os capítulos 7, “Em busca da felicidade”, 9, “O que podemos conhecer?”, e 32, “O método das ciências humanas”.



O duelo entre Heitor e Aquiles em vaso grego de cerca de 490 a.C. A cena descreve o grego Aquiles lutando com o troiano Heitor pouco antes de matá-lo, no relato do final da *Iliada*. Ambos expressam a virtude do “guerreiro belo e bom”.

► Nietzsche: a transvaloração dos valores

O pensamento de Friedrich Nietzsche (1844-1900) orienta-se no sentido de recuperar as forças vitais, instintivas, subjugadas pela razão durante séculos. Para tanto, critica Sócrates por ter sido o primeiro a encaminhar a reflexão moral em direção ao controle racional das paixões. Segundo

Nietzsche, a tendência de desconfiança nos instintos culmina com o cristianismo, que acelera a “domesticação” do ser humano. Em diversas obras, como *Sobre a genealogia da moral, Para além do bem e do mal* e *Crepúsculo dos ídolos*, em estilo apaixonado e mordaz, Nietzsche faz a análise histórica da moral e denuncia a incompatibilidade entre esta e a vida. Em outras palavras, sob o domínio da moral, o ser humano se enfraquece, tornando-se doentio e culpado.

Nietzsche relembra a Grécia homérica, do tempo das epopeias e das tragédias, momento em que predominavam o que para ele eram os verdadeiros valores aristocráticos, quando a virtude reside na força e na potência, como atributo do guerreiro belo e bom, amado dos deuses. Segundo Homero, entre inimigos não há bom ou mau, porque ambos são valorosos.



Nietzsche. Edvard Munch, 1906. Após a morte de Nietzsche, prevaleceu uma distorção de seu pensamento, para associá-lo ao nazismo e ao antisemitismo. Isso se deveu à atuação de sua irmã Elisabeth, que difundiu suas obras descontextualizando trechos e sonhando outros que melhor explicitavam sua posição, o que desvirtuou sua filosofia, claramente contrária ao racismo e ao nacionalismo germânico.

Ao fazer a crítica da moral tradicional, Nietzsche preconiza a “transvaloração de todos os valores”. Diz Scarlett Marton:

A noção nietzschiana de valor opera uma subversão crítica: ela põe de imediato a questão do valor dos valores e esta, ao ser colocada, levanta a pergunta pela criação dos valores. Se até agora não se pôs em causa o valor dos valores “bem” e “mal”, é porque se supôs que existiram desde sempre; instituídos num além, encontravam legitimidade num mundo suprassensível. No entanto, uma vez questionados, revelam-se apenas “humanos, demasiado humanos”; em algum momento e em algum lugar, simplesmente foram criados.⁹

A genealogia da moral

Se os valores não existiram desde sempre, mas foram criados, Nietzsche propõe a **genealogia** como método de investigação sobre a origem deles. Mostra assim as lacunas, o que não foi dito ou foi recalçado, permitindo que alguns valores predominassem sobre outros, tornando-se conceitos abstratos e inquestionáveis.

Pela genealogia Nietzsche descobre que os instintos vitais foram submetidos e degeneraram. Procura então ressaltar aqueles valores comprometidos com o “querer-viver”. Denuncia a falsa moral, “decadente”, “de rebanho”, “de escravos”, cujos valores seriam a bondade, a humildade, a piedade e o amor ao próximo. Distingue então a moral de escravos e a moral de senhores.

a) A moral de escravos

A moral de escravos é herdeira do pensamento socrático-platônico — que provocou a ruptura entre o trágico e o racional — e da tradição judaico-cristã, da qual deriva a moral decadente, porque baseada na tentativa de subjugação dos instintos pela razão. O homem-fera, animal de rapina, é transformado em animal doméstico ou cordeiro. A moral plebeia estabelece um sistema de juízos que considera o bem e o mal valores metafísicos transcendentais, isto é, independentes da situação concreta vivida.

A moral de escravos nega os valores vitais e resulta na passividade, na procura da paz e do

GALERIA DEGLI UFFIZI, FIRENZA, ITÁLIA



Bacchus. Caravaggio, 1596. Bacchus é o nome romano de Dioniso, deus grego do vinho e do êxtase. Nietzsche criou os termos “apolíneo” e “dionisíaco” para opor Apolo a Dioniso: o primeiro é o deus da racionalidade, da ordem e da harmonia, ao passo que Dioniso representa o excesso, a inspiração, a exaltação da vida.

repouso. O indivíduo se enfraquece e tem diminuída sua potência. A alegria é transformada em ódio à vida, o ódio dos impotentes. A conduta humana, orientada pelo ideal ascético, torna-se vítima do ressentimento e da má consciência — o sentimento de culpa.

O ressentimento nasce da fraqueza e é nocivo ao fraco. O indivíduo ressentido, incapaz de esquecer, é como o **dispéptico**: fica “envenenado” pela sua inveja e impotência de vingança. Ao contrário, o indivíduo nobre sabe “digerir” suas experiências, e esquecer é uma das condições de manter-se saudável.

Dispéptico. Que digere mal os alimentos.
No contexto, o ressentido “remói” o seu fracasso.

⁹ MARTON, Scarlett. *Nietzsche, a transvaloração dos valores*. São Paulo: Moderna, 1993. p. 50. (Coleção Logos).

O sentimento de culpa é o ressentimento voltado contra si mesmo, daí fazendo nascer a noção de pecado, que inibe a ação. O ideal ascético nega a alegria da vida e coloca a mortificação como meio para alcançar a outra vida num mundo superior, do além. As práticas de altruísmo destroem o amor de si, domesticando os instintos e produzindo gerações de fracos.

b) A moral de senhores

A moral “de senhores” é a moral positiva que visa à conservação da vida e dos seus instintos fundamentais. É positiva porque baseada no *sim* à vida, e configura-se sob o signo da plenitude, do acréscimo. Funda-se na capacidade de criação, de invenção, cujo resultado é a alegria, consequência da afirmação da potência. O indivíduo que consegue se superar é o que atingiu o além-do-homem.

O sujeito além-do-homem é aquele que consegue reavaliar os valores, desprezar os que o diminuem e criar outros que estejam comprometidos com a vida. Assim diz Roberto Machado:

É por isso que contra o enfraquecimento do homem, contra a transformação de fortes em fracos — tema constante da reflexão nietzschiana — é necessário assumir uma perspectiva além de bem e mal, isto é, “além da moral”. Mas, por outro lado, para além de bem e mal não significa para além de bom e mau. A dimensão das forças, dos instintos, da vontade de potência permanece fundamental. “O que é bom? Tudo que intensifica no homem o sentimento de potência, a vontade de potência, a própria potência. O que é mau? Tudo que provém da fraqueza”.¹⁰

A vontade de potência

Com o que foi exposto, talvez se pense que Nietzsche chega ao extremo individualismo e amoralismo. Muitos inclusive o chamaram de niilista, para acusá-lo de não acreditar em nada e negar os valores, o que não faz jus ao seu pensamento. Ao contrário, o filósofo atribuía o niilismo à moral decadente dos valores tradicionais, que acomodaram o ser humano na mediocridade que tudo uniformiza.

Destruir esses valores é a condição para que possam nascer os valores novos do além-do-homem, o que só pode ser alcançado pela *vontade de poder*.

E ETIMOLOGIA

Niilismo. Do latim *nihil*, “nada”.

¹⁰ MACHADO, Roberto. *Nietzsche e a verdade*. Rio de Janeiro: Rocco, 1984. p. 77.

Também essa expressão leva a confusões: não se trata de poder que domina os outros, mas das forças vitais recuperadas pelo indivíduo dentro de si “num dionisíaco dizer-sim ao mundo” e que se encontravam entorpecidas.

Nesse sentido, o poder é virtude no sentido de força, vigor, capacidade. Portanto, virtude é autor-realização. Se essa moral valoriza a individualidade, o faz tanto para si como para os outros, pois cada um pode ser ele mesmo.

8 A filosofia da existência

No século XIX, o filósofo dinamarquês Sören Kierkegaard (1813-1855) foi o primeiro a descrever a *angústia* como experiência fundamental do ser livre ao se colocar em situação de escolha. Mais tarde, no século seguinte, os existencialistas continuaram o caminho por ele aberto, buscando compreender a singularidade da escolha livre.

► Heidegger

Embora tenha abordado a questão da existência, o filósofo Martin Heidegger (1889-1976) recusa ser enquadrado entre os filósofos existencialistas, argumentando que as reflexões acerca da existência são, na sua filosofia, apenas introdução à análise do problema do ser, e não propriamente da existência pessoal. Mas não resta dúvida de que inspirou o pensamento dos existencialistas.

Heidegger, discípulo de Husserl, na obra *Ser e tempo* segue o método fenomenológico para discutir e elaborar uma teoria do ser. Assim, parte da análise do *ser*, que ele denomina *Dasein* no caso do ser humano. Esta expressão alemã significa justamente o “ser-aí”, isto é, um ser-no-mundo: o ser humano não constitui uma consciência separada do mundo; ser é “estourar”, “eclozir” no mundo.

Desse modo, os filósofos da corrente fenomenológica criticam a concepção dualista que separa corpo-mente, sujeito-mundo.

Para tanto, a fenomenologia baseia-se no conceito de *intencionalidade*. Segundo essa noção, a consciência é sempre consciência *de* alguma coisa. Em outras palavras, não há pura consciência separada do mundo, mas toda consciência visa ao mundo. Desse modo, a fenomenologia tenta superar não só o dualismo corpo-mente, como as dicotomias consciência-objeto e indivíduo-mundo, descobrindo nesses polos relações de reciprocidade.



PARA SABER MAIS

Tratamos da fenomenologia e do conceito de intencionalidade também nos capítulos 7, “Em busca da felicidade”, e 19, “Podemos ser livres?”. Neste último capítulo são vistos os franceses Merleau-Ponty e Sartre, filósofos importantes para a fenomenologia.

Facticidade e transcendência

O “ser-aí” não é a consciência separada do mundo, mas está numa situação dada, toma conhecimento do mundo que ele próprio não criou e ao qual se acha submetido em um primeiro instante. A isso chamamos *facticidade*. Além da herança biológica, o indivíduo recebe a herança cultural, que depende do tempo e do lugar em que nasceu.

A partir do “ser-aí”, Heidegger demonstra a especificidade humana, que é a existência. Se o indivíduo é lançado no mundo de maneira passiva, pode tomar a iniciativa de descobrir o sentido da existência e orientar suas ações nas mais diversas direções. A isso se chama *transcendência*. Nesse procedimento, descobre a temporalidade, pois, ao tentar compreender o seu ser, dá sentido ao passado e projeta o futuro. Ao superar a facticidade, atinge um estágio superior, que é a *Existenz*, a pura existência do *Dasein*. Essa passagem, porém, não é feita sem dificuldade, porque, mergulhado na facticidade, tende a recusar seu próprio ser, cujo sentido se anuncia, mas que ainda se acha oculto. A angústia surge da tensão entre o que o indivíduo é e aquilo

que virá a ser, como dono do seu próprio destino. Portanto, a angústia retira o indivíduo do cotidiano e o reconduz ao encontro de si mesmo.

A autenticidade

A autenticidade ou a inautenticidade da sua vida decorre do sentido que o ser humano imprime à sua ação. O indivíduo inautêntico é o que se degrada vivendo de acordo com verdades e normas dadas; a despersonalização o faz mergulhar no anonimato, que anula qualquer originalidade. É o que Heidegger chama mundo do “se”, ao designar a impessoalidade da ação: come-se, bebe-se, vive-se, como todos comem, bebem, vivem. Ao contrário, a pessoa autêntica é aquela que se projeta no tempo, sempre em direção ao futuro. A existência é o lançar-se contínuo às possibilidades sempre renovadas.

Entre as possibilidades, a pessoa vislumbra uma delas, privilegiada e inexorável: a morte. O “ser-aí” é um “ser-para-a-morte”. A máxima “situação-limite”, que é a morte, ao aparecer no cotidiano, possibilita-lhe o olhar crítico sobre sua existência. É característica da inautenticidade abordar a morte como “morte na terceira pessoa”, ou seja, a morte dos outros, evitando tematizar a própria finitude e, portanto, nunca questionando a própria existência.

Além-do-homem. Da expressão alemã *Übermensch*, que significa “sobre-humano”, “que transpõe os limites do humano”. Também “super-homem” é usado, embora dê margens a mal-entendidos.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

DIANA ONG/SUPERSTOCK/KEYSTONE



Focus group, da artista chino-americana Diana Ong, 2000. A multidão sempre lembra a massa informe: as mesmas roupas, a mesma pressa. As mesmas ideias nesses rostos sem identidade? Isso nos faz lembrar a advertência de Heidegger sobre o mundo do “se”.



Tira de *Hagar*, de Chris Browne, publicada no jornal *Folha de S. Paulo*, em 28 fev. 2009. Hagar é um guerreiro *viking* e, pelo visto, ele e seus vizinhos não alcançaram o entendimento.

9 A ética contemporânea: o desafio da linguagem

No século XX surgiu uma nova maneira de encarar as questões éticas e morais. A consciência, tal como era entendida na modernidade, deixou de ser o critério último de avaliação e cedeu lugar para a interpretação da linguagem.

PARA SABER MAIS

Os representantes que valorizavam a interpretação da linguagem foram os filósofos da filosofia analítica, com destaque para Wittgenstein e, mais recentemente, Richard Rorty. Consulte o capítulo 16, "A crise da razão".

► A ética do discurso: Habermas

Na primeira metade do século XX, filósofos tais como os representantes da Escola de Frankfurt (Horkheimer, Adorno, Benjamin, Marcuse) analisaram a crise da razão contemporânea, o "eclipse da razão". Para evitar os irracionalismos, queriam recuperar a razão não repressora, capaz de autocrítica e posta a serviço da emancipação humana.

Esses filósofos utilizaram o conceito de *Iluminismo* em sentido amplo, não restrito ao período histórico da Ilustração, no século XVIII. Ou seja, um pensador iluminista pertence a qualquer tempo, na medida em que faz uso das luzes da razão para combater as superstições, o arbítrio do poder e para defender o pluralismo e a tolerância.

Em que a tendência iluminista poderia nos ajudar no impasse da busca dos fundamentos da moral? Vamos encontrar algumas pistas no pensamento do filósofo Jürgen Habermas (1929), que desenvolveu a teoria da *ação comunicativa*, conceito básico para a compreensão da chamada *ética do discurso*.

Dessa tendência também fazem parte Karl-Otto Apel (1922) e Ernst Tugendhat (1930)

A *ética discursiva* recorre à razão para sua fundamentação. Embora sob a influência de Kant, o conceito de razão em Habermas não se reduz ao de *razão reflexiva*, mas é ampliado para uma concepção de *razão comunicativa*. Enquanto na razão kantiana o juízo categórico funda-se no sujeito e supõe a razão monológica, o sujeito em Habermas é descentrado, porque a razão comunicativa apoia-se no diálogo, na interação entre os indivíduos do grupo, mediada pela linguagem, pelo discurso.

Evidentemente, a interação entre os sujeitos precisa ser feita sem pressões típicas do sistema econômico (que se baseia na força do dinheiro), ou do sistema político (que se funda no exercício do poder). Nesse sentido, no mundo da economia e da política os acordos são pactos, negociações em que prevalecem os interesses particulares e portanto a racionalidade instrumental.

QUEM É?

Jürgen Habermas, filósofo e teórico social alemão, nasceu em 1929. Inicialmente sofreu influência da Escola de Frankfurt, para depois seguir itinerário próprio, constituindo o que se chamou a segunda geração da Escola. Escreveu *Teoria e praxis, Técnica e ciência como "ideologia"*, *Conhecimento e interesse*, *Consciência moral e agir comunicativo* e *O discurso filosófico da modernidade*, entre outras obras e conferências. De formação marxista, nem por isso deixou de fazer uma revisão crítica tendo em vista o capitalismo avançado da sociedade industrial contemporânea. Ao analisar as relações entre ciência, técnica e economia política, desenvolveu a teoria do agir comunicativo, que contém os conceitos básicos da ética do discurso.



Jürgen Habermas, 2001.

EFFICIE/LEEMAGE-OTHER IMAGES

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Ao contrário, a razão comunicativa é mais rica por ser processual, construída a partir da relação entre os sujeitos, como seres capazes de posicionarem-se criticamente diante das normas. No entanto, a validade das normas não deriva de uma razão abstrata e universal nem depende da subjetividade narcísica de cada um, mas do consenso encontrado a partir do grupo, do conjunto dos indivíduos, em uma “situação ideal de fala”. Assim, a subjetividade transforma-se em intersubjetividade, mais propriamente em intercomunicação. Se retomássemos o exemplo dado neste capítulo no tópico sobre Kant, a validade da norma “não roube” deveria estar fundada na razão comunicativa e resultaria do discurso interpessoal.

A ação comunicativa supõe, portanto, o *entendimento* entre os indivíduos que procuram, pelo uso de argumentos racionais, convencer o outro — ou se deixar convencer — a respeito da validade da norma, até que ela possa ser universalizável: aceita por todos. Instaure-se, então, o mundo da sociabilidade, da espontaneidade, da solidariedade, da cooperação.

Os oponentes da teoria habermasiana criticam a impossibilidade de se alcançar esse ideal. No entanto, a intenção não é realizar a utopia, mas ter o ideal como horizonte do discurso, ainda que inalcançável. Se pensarmos nas discussões atuais sobre ética aplicada, diante dos problemas comuns a todos os que habitam este planeta, é possível compreender como cada vez mais é necessário rever comportamentos e buscar soluções, ainda que as conclusões sejam revistas com frequência.

10 Para não concluir

Observe que, ao longo do capítulo, apesar da variedade de enfoques em cada período histórico, é possível identificar algumas tendências predominantes. Por exemplo, na Antiguidade e na Idade Média, a preocupação com a moral é metafísica — voltada para as definições do ser (do que é) — e busca princípios absolutos e eternos. A partir da modernidade, o foco desvia-se para o sujeito que conhece — é a fase da valorização da consciência, que pensa e que orienta o agir. Finalmente, na época contemporânea, as discussões giram em torno da linguagem, do uso que fazemos dela, sobre o que as palavras explicitam e o que ocultam.

Mesmo sem encontrar o fundamento último que possa justificar os atos morais, há quem procure fundamentá-los por meio da argumentação compartilhada, de modo a esclarecer por que alguns valores são preferíveis a outros, por que certos critérios são válidos e outros não. É essa crença que nos mantém na busca de normas válidas, ainda que provisórias.

Afinal, seria possível alcançar a universalidade dos valores morais, numa época marcada pela heterogeneidade de comportamentos, por segmentos sociais tão diversos como as mulheres, os homossexuais, os negros, os indígenas, que defendem posições igualitárias na sociedade discriminadora?

Para Comte-Sponville, é possível:

A moral pode ser ao mesmo tempo relativa (em sua fonte) e universalizável (em seu horizonte). De um ponto de vista prático, é o universal que prevalece, ou deve prevalecer: é isso que está em jogo no combate pelos direitos humanos.¹¹

HONG JINHWAN/AFP/GETTY IMAGES



Coreanos do sul protestam contra o programa nuclear da Coreia do Norte, 2009. A energia nuclear é um tema controverso, porque pode ser usada para fins bélicos, mas também em benefício da saúde, além de ser importante fonte energética. Essa decisão sobre seus fins não diz respeito apenas a alguns, mas exige a “conversação” entre diversos setores da sociedade: intelectuais, cientistas, biólogos, médicos, filósofos, teólogos, psicólogos, antropólogos, sociólogos, ambientalistas e a população em geral.

¹¹ COMTE-SPONVILLE, André e FERRY, Luc. *Sabedoria dos modernos*. São Paulo: Martins Fontes, 1999. p. 37.

Leitura complementar

O que é Esclarecimento

Esse famoso texto de Kant foi publicado em 1784 em um periódico. O Esclarecimento (Aufklärung, em alemão) é o período da Ilustração, do Iluminismo, o Século das Luzes.

"O Esclarecimento é a saída do homem da condição de menoridade autoimposta. Menoridade é a incapacidade de servir-se de seu entendimento sem a orientação de um outro. Esta menoridade é autoimposta quando a causa da mesma reside na carência não de entendimento, mas de decisão e coragem em fazer uso de seu próprio entendimento sem a orientação alheia. *Sapere aude!* Tem coragem em servir-te de teu próprio entendimento! Este é o mote do Esclarecimento.

Preguiça e covardia são as causas que explicam por que uma grande parte dos seres humanos, mesmo muito após a natureza tê-los declarado livres da orientação alheia [...], ainda permanecem, com gosto e por toda a vida, na condição de menoridade. As mesmas causas explicam por que parece tão fácil outros afirmarem-se como seus tutores. É tão confortável ser menor! Tenho à disposição um livro que entende por mim, um pastor que tem consciência por mim, um médico que me prescreve uma dieta etc.: então não preciso me esforçar. Não me é necessário pensar, quando posso pagar; outros assumirão a tarefa espinhosa por mim; a maioria da humanidade (aí incluído todo o belo sexo) vê como muito perigoso, além de bastante difícil, o passo a ser dado rumo à maioridade, uma vez que tutores já tomaram para si de bom grado a sua supervisão. Após terem previamente embrutecido e cuidadosamente protegido seu gado, para que estas pacatas criaturas não ousem dar qualquer passo fora dos trilhos nos quais devem andar, tutores lhes mostram o perigo que as ameaça caso queiram andar por conta própria. Tal perigo, porém, não é assim tão grande, pois, após algumas quedas, aprenderiam finalmente a andar; basta, entretanto, o exemplo de um tombo para intimidá-las e aterrorizá-las por completo para que não façam novas tentativas.

É, porém, difícil para um indivíduo livrar-se de uma menoridade quase tornada natural.

[...]

Contudo, é possível que um público se esclareça a respeito de si mesmo. Na verdade, quando lhe é dada a liberdade, é algo quase inevitável. Pois aí encontrar-se-ão alguns capazes de pensar por si, até mesmo entre os tutores instituídos para a grande massa, que, após se libertarem do jugo da menoridade, espalharão em torno de si o espírito de uma apreciação racional do próprio valor e da tarefa de cada ser humano, que consiste em pensar por si mesmo. Saliente-se aqui que o público, que antes havia sido posto sob este jugo pelos tutores, posteriormente os obriga a tal sujeição quando é atizado por alguns desses tutores, eles próprios incapazes de atingir o esclarecimento. Assim, é prejudicial plantar preconceitos porque acabam se voltando contra aqueles que o fomentaram. Por esse motivo, só lentamente o público consegue chegar ao esclarecimento. Através de uma revolução sucederá provavelmente a queda de um despotismo pessoal e de uma opressão ambiciosa e dominadora, mas jamais será promovida uma verdadeira reforma na maneira de se pensar; em verdade, apenas novos preconceitos, da mesma maneira que os antigos, servirão de guia da grande massa ignara.

Para o Esclarecimento, porém, nada é exigido além da *liberdade*; e mais especificamente a liberdade menos danosa de todas, a saber: utilizar *publicamente* sua razão em todas as dimensões.

[...]

Mas o que o povo não consegue decidir para si mesmo, não deverá um monarca fazê-lo, pois sua legítima autoridade baseia-se no fato de que ele une a vontade geral do povo à sua. Quando ele se presta somente a observar que toda melhoria verdadeira ou presumida esteja de acordo com a ordem civil, então pode deixar seus súditos fazerem aquilo que consideram necessário para a salvação de suas almas; isso não lhe diz respeito. O que lhe cabe é evitar que um impeça violentamente o outro de trabalhar em seu estabelecimento e evolução pessoais."

KANT, Immanuel. *Que é Esclarecimento?*. Em: MARCONDES, Danilo. *Textos básicos de ética*: de Platão a Foucault. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007. p. 95-99.

Questões

- 1 Explique o lema: "Tem coragem de servir-te de teu próprio entendimento".
- 2 Quem são os tutores que atualmente impedem a humanidade de pensar por si?
- 3 Por que a passagem à maioridade é considerada difícil e perigosa?
- 4 Comente a relação que existe entre política e ética pessoal.

Atividades

Reverendo o capítulo

- 1 Ao analisar a virtude, o que Aristóteles entende por *justo meio*?
- 2 Explique qual é o sentido da frase de Epicuro: "Chamamos ao prazer princípio e fim da vida feliz".
- 3 Usando os conceitos de Espinosa, esclareça a frase do filósofo e explique em que ela é inovadora no seu tempo: "O desejo que nasce da alegria é mais forte do que o desejo que nasce da tristeza".
- 4 Explique o que Kant entende por *autonomia* e *heteronomia*, no campo da moral.
- 5 Em que consiste o procedimento genealógico levado a efeito por Nietzsche?

Aplicando conceitos

- 6 Em 2003, o instituto de pesquisas Pew Research Center constatou que 80% dos brasileiros afirmam ser necessário crer em Deus para ser uma pessoa moral, enquanto apenas 13% dos franceses compartilham a mesma opinião. A partir desse tópico, responda:

- a) Aplique o conceito de imperativo categórico kantiano para justificar a posição da maioria dos franceses.
- b) Posicione-se pessoalmente a respeito do conteúdo da pesquisa.

- 7 Analise a citação de Karl-Otto Apel, relacionando-a com a experiência e a observação do mundo em que você vive.

"A civilização técnico-científica confrontou todos os povos, raças e culturas, sem consideração de suas tradições morais grupalmente específicas e culturalmente relativas, com uma problemática ética comum a todos. Pela primeira vez, na história da espécie humana, os homens foram praticamente colocados ante a tarefa de assumir a responsabilidade solidária pelos efeitos de suas ações em medida planetária." (Karl-Otto Apel. *Estudos de moral moderna*. Petrópolis: Vozes, 1994. p. 74.)

- 8 Tendo em vista a citação de Horkheimer e Adorno, critique a posição de Hitler usando os conceitos estudados neste capítulo.

"Um truque recomendado pelo próprio Hitler é a subdivisão do mundo em ovelhas brancas e

ovelhas negras, os bons, a cujo grupo se pertence, e os maus, ou seja, o inimigo criado expressamente para as finalidades da demagogia. Os primeiros estão salvos, os outros condenados, sem transição ou limitação, e sem exame de consciência, como Hitler recomenda numa passagem célebre do *Minha luta*, onde diz que, para alguém se afirmar com eficácia contra um adversário ou um concorrente, é necessário pintá-lo com as tintas mais carregadas." (Max Horkheimer e Theodor W. Adorno (Orgs.). *Temas básicos da sociologia*. São Paulo: Cultrix, 1973. p. 175.)

Dissertação

- 9 Escolha uma das concepções éticas abordadas no capítulo para dar os motivos pelos quais concorda com ela; ou, se preferir, por que dela discorda.

Caiu no vestibular

- 10 (UEL-PR) "De acordo com a ética do discurso, uma norma só deve pretender validade quando todos os que possam ser concernidos por ela cheguem (ou possam chegar), enquanto participantes de um Discurso prático, a um acordo quanto à validade dessa norma." (Jürgen Habermas. *Consciência moral e agir comunicativo*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989. p. 86.)

Com base no texto e nos conhecimentos sobre a ética do discurso de Habermas, assinale a alternativa correta.

- a) O princípio possibilitador do consenso deve assegurar que somente sejam aceitas como válidas as normas que exprimem um desejo particular.
- b) Nas argumentações morais basta que um indivíduo reflita se poderia dar seu assentimento a uma norma.
- c) Os problemas que devem ser resolvidos em argumentações morais podem ser superados apenas monologicamente.
- d) O princípio que norteia a ética do discurso de Habermas expressa-se, literalmente, nos mesmos termos do imperativo categórico kantiano.
- e) Uma norma só poderá ser considerada correta se todos os envolvidos estiverem de acordo em dar-lhe o seu consentimento.